



# RELATÓRIO ANUAL DE CONTROLE INTERNO - 2021

Anexo II – Instrução Normativa  
TC 20/2015

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E  
CONTROLE





## Sumário

INTRODUÇÃO .....	5
I - INFORMAÇÕES E ANÁLISE SOBRE MATÉRIA ECONÔMICA, FINANCEIRA, ADMINISTRATIVA E SOCIAL RELATIVA AO MUNICÍPIO, INCLUSIVE MEDIANTE UTILIZAÇÃO DE INDICADORES QUANDO DEFINIDOS PELO TRIBUNAL DE CONTAS E DISPONIBILIZADOS EM SEUS SISTEMAS ELETRÔNICOS. ....	6
<b>Análise da situação Econômica e financeira do Município .....</b>	<b>6</b>
<b>Análise sobre a situação administrativa .....</b>	<b>6</b>
<b>Análise da atuação da gestão em relação aos aspectos sociais .....</b>	<b>11</b>
II - DESCRIÇÃO ANALÍTICA DOS PROGRAMAS DO ORÇAMENTO FISCAL, DA SEGURIDADE SOCIAL E DE INVESTIMENTOS, COM INDICAÇÃO DAS METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS PREVISTAS E EXECUTADAS DE ACORDO COM O ESTABELECIDO NA LOA. ....	17
<b>Metas financeiras .....</b>	<b>17</b>
<b>Metas físicas .....</b>	<b>20</b>
III - INFORMAÇÕES E ANÁLISE SOBRE A EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL E PRIORIDADES ESCOLHIDAS PELO MUNICÍPIO NA LDO, BEM COMO A EXECUÇÃO DAS METAS ESCOLHIDAS PELA POPULAÇÃO EM AUDIÊNCIA PÚBLICA.....	24
IV - ANÁLISE DA EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS FISCAL, DA SEGURIDADE SOCIAL E DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS EM QUE O MUNICÍPIO, DIRETA OU INDIRETAMENTE, DETENHA A MAIORIA DO CAPITAL SOCIAL COM DIREITO A VOTO; .....	24
V - ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A PROGRAMAÇÃO E A EXECUÇÃO FINANCEIRA DE DESEMBOLSO: .....	24
VI - DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR, LIQUIDADOS E NÃO LIQUIDADOS, EXISTENTES AO FINAL DO EXERCÍCIO, BEM COMO SOBRE AS DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES REGISTRADAS NO BALANÇO GERAL: .....	24
VII - DEMONSTRATIVO DOS VALORES MENSAIS REPASSADOS NO EXERCÍCIO AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PARA PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS:.....	24
VIII - EM RELAÇÃO AO DESEMPENHO DA ARRECADAÇÃO: .....	24
IX - DEMONSTRATIVOS DOS INDICADORES FISCAIS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000, RELATIVOS A DESPESAS COM PESSOAL, OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ENDIVIDAMENTO E DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS, INDICANDO AS RAZÕES DO NÃO ALCANCE DAS METAS FISCAIS OU DA EXTRAPOLAÇÃO DE LIMITES,	





BEM COMO INDICAÇÃO DAS MEDIDAS ADOTADAS PARA MELHORIA DA GESTÃO E EQUILÍBRIO FISCAL E PARA RETORNO AOS LIMITES: ..... 25

**Limite de Gastos com Pessoal ..... 25**

**Limite da Dívida Pública ..... 27**

**Garantias e Contra Garantias de Valores ..... 28**

**Limite de Operações de Créditos ..... 30**

**Metas de Arrecadação ..... 31**

**Metas de Despesa ..... 32**

**Resultado Orçamentário (Corrente + Capital + Intra-orçamentárias) ..... 33**

**Comparação entre as Receitas e Despesas (Corrente + Capital) ..... 34**

**Resultado Primário ..... 36**

**Resultado Nominal ..... 36**

**Dos gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde: ..... 38**

**Dos gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE: ..... 39**

XI - INFORMAÇÃO SOBRE OS VALORES ANUAIS DAS DESPESAS REALIZADAS REFERENTES A AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES DE BENS E SERVIÇOS, POR MODALIDADE DE LICITAÇÃO, BEM COMO AS DECORRENTES DE DISPENSAS E INEXIGIBILIDADES DE LICITAÇÃO: ..... 42

XII - INFORMAÇÃO SOBRE O QUANTITATIVO DE SERVIDORES EFETIVOS NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA E EM COMISSÃO NÃO INTEGRANTES DO QUADRO EFETIVO: ..... 42

XIII - INFORMAÇÃO SOBRE O QUANTITATIVO DE CONTRATAÇÕES POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO (ART. 37, IX, CONSTITUIÇÃO FEDERAL), NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA, INDICANDO AS NORMAS LEGAIS AUTORIZATIVAS, COM INDICAÇÃO DO VALOR ANUAL; ..... 42

XIV - INFORMAÇÃO SOBRE O QUANTITATIVO DE CONTRATOS DE ESTÁGIO COM INDICAÇÃO DOS VALORES MENSAL E ANUAL; ..... 42

XV - INFORMAÇÕES REFERENTES AOS CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA, COM DETALHAMENTO DOS POSTOS DE TRABALHO, RESPECTIVAS FUNÇÕES E VALORES MENSAL E ANUAL; ..... 42





XVI - DEMONSTRATIVO DOS GASTOS COM DIVULGAÇÃO, PUBLICIDADE E PROPAGANDA POR MEIO DE CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL:.....42

XVII - RELAÇÃO DE CONVÊNIOS COM UNIÃO E ESTADO REALIZADOS NO EXERCÍCIO E OS PENDENTES DE RECEBIMENTO, INDICANDO O NÚMERO DO TERMO, DATA, VALOR ACORDADO, VALOR REPASSADO, VALOR A RECEBER, RESPECTIVOS RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM RAZÃO DO CONVÊNIO E DEMAIS INFORMAÇÕES PERTINENTES: .....43

XVIII - RELATÓRIO SOBRE EVENTOS JUSTIFICADORES DE SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA OU CALAMIDADE PÚBLICA, COM OS REFLEXOS ECONÔMICOS E SOCIAIS, BEM COMO DISCRIMINAÇÃO DOS GASTOS EXTRAORDINÁRIOS REALIZADOS PELO ENTE PARA ATENDIMENTO ESPECÍFICO AO EVENTO, INDICANDO NÚMERO DO EMPENHO: .....44

XIX - MANIFESTAÇÃO SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PELO PODER PÚBLICO MUNICIPAL EM RELAÇÃO ÀS RESSALVAS E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS EMITIDAS NOS PARECERES PRÉVIOS DOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES: .....44

XX - DEMONSTRATIVO DOS VALORES ARRECADADOS DECORRENTES DE DECISÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS QUE IMPUTARAM DÉBITO A RESPONSÁVEIS, INDIVIDUALIZADOS POR TÍTULO, COM INDICAÇÃO DAS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS EM RELAÇÃO AOS TÍTULOS PENDENTES DE EXECUÇÃO PARA RESSARCIMENTO AO ERÁRIO: .....47

XXI – AVALIAÇÃO SOBRE O CUMPRIMENTO DAS METAS E ESTRATÉGIAS PREVISTAS NA LEI (FEDERAL) Nº 13.005/2014 (PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – PNE) E NO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (PME):.....47

XXII - OUTRAS INFORMAÇÕES PREVIAMENTE SOLICITADAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS. ....50

XXIII – CONCLUSÃO.....50



## INTRODUÇÃO

O Sistema de Controle Interno tem como objetivos básicos assegurar a boa gestão dos recursos públicos e apoiar o controle externo na sua missão institucional de fiscalizar os atos da administração, relacionados à execução contábil, financeira, operacional e patrimonial, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas.

Para o cumprimento destes objetivos, o controle interno deve atuar de forma preventiva, antes que ações ilícitas, incorretas ou impróprias possam atentar contra os princípios da Constituição da República Federativa do Brasil, principalmente os dispostos em seu art. 37.

Subentende-se, desta forma, que o controle interno na administração pública deve, sobretudo, possibilitar ao cidadão a transparência na gestão dos recursos públicos. Desta forma, o Sistema de Controle Interno deve servir como instrumento de transparência, de eficiência e eficácia, de responsabilização e de prestação de contas de recursos públicos (*accountability*).

É importante destacar que os anos de 2020 e 2021 foram anos atípicos, em que o mundo continuou tendo reflexos sociais, econômicos e até mesmo administrativos advindos da pandemia do COVID-19. Tudo isso refletiu diretamente na administração municipal, incluindo o Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Município, o qual teve as suas atividades significativamente prejudicadas, seja pelas dificuldades e limitações do trabalho remoto, pela absorção de novas demandas provocadas pela pandemia, entre outros fatores diversos.

Contudo, em cumprimento as atribuições indicadas nos artigos 6º e 7º da Lei Municipal nº 1417 de 30 de julho de 2001, Decreto nº 591/2006 de Regulamentação do Sistema de Controle Interno Municipal, alterado pelo Decreto nº 1083/2007, Instrução Normativa IN TC nº 20/2015, dentre outras normas pertinentes, a Secretaria Municipal de Gestão e Controle de Navegantes, com base nos dados apurados nos Órgãos Setoriais de Controle Interno e em Balanço, emite o presente relatório sobre as contas anuais (CONSOLIDADAS) do Prefeito relativamente ao exercício de 2021.

**I - Informações e análise sobre matéria econômica, financeira, administrativa e social relativa ao Município, inclusive mediante utilização de indicadores quando definidos pelo Tribunal de Contas e disponibilizados em seus sistemas eletrônicos.**

#### **Análise da situação Econômica e financeira do Município**

1)	Liquidez Corrente (Ativo Circulante ÷ Passivo Circulante)	<u>386.133.390,08</u> 17.819.214,50	21,66
2)	Liquidez Financeira (ativo financeiro – inv. e apl. Temp.) ÷ passivo financeiro	<u>384.961.366,08 – 263.292.464,49 (sem contar o RPPS)</u> 49.506.548,39	2,45
3)	Indicador de Poupança Corrente (Despesa corrente ÷ Receita corrente)	<u>312.784.220,48</u> 396.433.594,10	0,78
4)	Evolução do PL (PL Atual - PL Anterior) ÷ PL Anterior x 100	<u>313.500.259,26 - 321.024.610,59</u> 321.024.610,59	-2,34%

- Como se pode visualizar nos índices acima, o Município possui uma ótima liquidez corrente, sendo que para cada R\$ 1,00 de obrigações de curto prazo, sem considerar estoques e despesas antecipadas, o Município dispõe de R\$ 21,66. No entanto, este índice contempla o ativo financeiro do Instituto de Previdência. Retirando o Instituto de Previdência e considerando o Ativo Financeiro ao invés do Circulante, tem-se a liquidez financeira, sendo que para cada R\$ 1,00 de obrigações de curto prazo o Município dispõe de R\$ 2,45. Em relação à execução orçamentária (Indicador de Poupança Corrente), é possível observar que o Município gastou com despesas correntes R\$ 0,78 para cada R\$ 1,00 de receita corrente arrecadada. No entanto, o Patrimônio Líquido do Município reduziu -2,34% em relação ao exercício anterior, o equivalente a aproximadamente 7,5 milhões de reais. De toda forma, é possível inferir que o Município dispõe de condição financeira, orçamentária e patrimonial favorável.

#### **Análise sobre a Situação Administrativa**

- O Município de Navegantes conta com 18 Secretarias, 5 Fundações públicas, 4 Fundos e uma autarquia (RPPS). A estrutura organizacional do Município foi instituída através da Lei Complementar nº 62/2009. Esta lei complementar sofreu alterações ao longo dos anos, porém não determina adequadamente uma hierarquia e setores, bem como não institui as atribuições dos cargos, causando inúmeros problemas de ordem administrativa na gestão pública municipal. Foi desenvolvido um estudo de reforma administrativa, visando sanar os problemas da estrutura atual, que resultou em uma minuta de projeto de lei, porém não houve consenso interno, motivo pelo qual o referido projeto não foi enviado ao Legislativo até o final do ano de 2020. Este problema, que persiste há mais de 10 anos, vem provocando o aumento gradativo dos problemas de ordem administrativa no Município, prejudicando processos, fluxos, apuração de responsabilidades e, conseqüentemente, o sistema de controle interno. No ano de 2021 uma nova gestão assumiu o Município, analisou a minuta, porém entende a necessidade de criação de uma nova estrutura administrativa, cujo projeto está em andamento.

- Com exceção da autarquia, todas as compras, gestão de pessoal e contabilidade são realizadas de forma centralizada, na Secretaria de Administração (compras e pessoal) e na Secretaria de Finanças, toda a contabilidade.

- Alguns procedimentos internos são definidos em decretos que regulamentam temas específicos, outros que se relacionam com controle são instituídos através de instruções normativas de controle interno e os demais variam como leis ou apenas com comunicações internas. Existe uma grande deficiência no



estabelecimento claro de procedimentos e responsabilidades em geral, havendo a necessidade de todo um mapeamento dos processos e formalização do instrumento legal para o instituir.

- A comunicação interna é realizada por instrumentos diversos como Comunicações internas (C.Is), portal do Município, e-mails, intranet e, até mesmo, jornais e mídias sociais.

- O Município aprovou recentemente a Lei n. 3616/2021 que institui o programa “Navegantes sem Papel”, cujo objetivo é instituir fluxos e procedimentos eletrônicos em toda a gestão municipal, desde a comunicação interna, até os procedimentos administrativos (compras, pessoal, atendimentos etc.). Atualmente o Município está contratando um sistema informatizado para gerenciamento e desenvolvimento de todo o fluxo eletrônico de procedimentos, visando a modernização administrativa, o controle e a transparência.

- A infraestrutura tecnológica do Município comporta uma diversidade e grande quantidade de equipamentos de informática, porém nem todas as atividades/setores estão informatizadas. A infraestrutura de rede do Município é toda em fibra óptica, proporcionando acesso à rede por qualquer unidade descentralizada no âmbito do Município. Por outro lado, o Município utiliza muitos sistemas os quais uns estão integrados e outros não, necessitando de melhorias no que concerne a integração de sistemas e otimização de processos. Atualmente alguns sistemas estruturantes (compras, estoques, patrimônio e contabilidade) estão migrando para uma nova plataforma, integrada, em nuvem, o que representa um avanço em andamento.

- É importante ressaltar que, apesar da infraestrutura de equipamentos, o Setor de Tecnologia da Informação do Município possui escassez de mão de obra, levando-se em consideração a dimensão da administração municipal, o que inviabiliza o desenvolvimento de Políticas de Tecnologia da Informação visando a segurança da informação e a modernização administrativa.

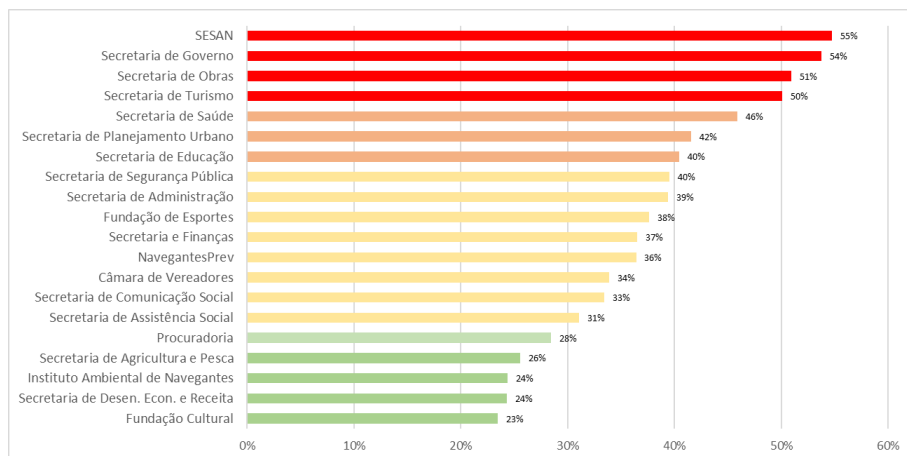
- A ausência de mapeamento de processos é um dos pontos fracos do Município na área administrativa e de controle, prejudicando os controles internos em diversos procedimentos.

- Considerando vários outros fatores e desenvolvendo as atividades de controle interno com base no modelo COSO de Controle Interno, o Órgão Central do Sistema de Controle Interno no Município realiza a análise de riscos nos órgãos da administração municipal, que serve de base para ações a serem promovidas no âmbito do Controle Interno Municipal. Nesta avaliação, são considerados diversos indicadores de gestão, como forma de tornar a análise mais objetiva. Ao final do ano de 2021, o mapa de riscos do Município, na avaliação da Secretaria Municipal de Gestão e Controle, apresentou o seguinte resultado:

Órgão/Entidade	Resum.	1 Bim	2º Bim	3º Bim	4º Bim	5º Bim	6º Bim	Acum.
Fundação Cultural	Cul	45%	21%	4%	21%	27%	24%	23%
Secretaria de Desen. Econ. e Receita	Eco	31%	14%	21%	33%	25%	22%	24%
Instituto Ambiental de Navegantes	Ian	35%	29%	14%	14%	23%	31%	24%
Secretaria de Agricultura e Pesca	Agr	26%	29%	29%	20%	26%	24%	26%
Procuradoria	Pro	35%	30%	21%	41%	22%	22%	28%
Secretaria de Assistência Social	Ass	42%	19%	21%	19%	46%	40%	31%
Secretaria de Comunicação Social	Com	35%	33%	38%	18%	39%	38%	33%
Câmara de Vereadores	Cam	47%	39%	33%	31%	35%	19%	34%
NavegantesPrev	Pre	36%	35%	35%	39%	36%	35%	36%
Secretaria e Finanças	Fin	35%	21%	80%	31%	26%	26%	37%
Fundação de Esportes	Esp	29%	26%	8%	12%	75%	75%	38%
Secretaria de Administração	Adm	54%	43%	39%	21%	46%	34%	39%
Secretaria de Segurança Pública	Seg	35%	38%	37%	43%	43%	40%	40%
Secretaria de Educação	Edu	59%	48%	31%	32%	37%	35%	40%
Secretaria de Planejamento Urbano	Urb	84%	42%	33%	44%	28%	23%	42%
Secretaria de Saúde	Sau	49%	27%	22%	45%	43%	90%	46%
Secretaria de Turismo	Tur	75%	75%	18%	37%	75%	19%	50%
Secretaria de Obras	Obr	57%	52%	74%	22%	49%	51%	51%
Secretaria de Governo	Gov	31%	34%	75%	32%	75%	75%	54%
SESAN	Ses	51%	27%	80%	39%	88%	43%	55%







REG	ÓRGÃO	ATIVIDADE / PESO / CATEGORIA	% RISCO DA ATIVIDADE	% RISCO DO ÓRGÃO	% RISCO FINAL	SEVERIDADE DO RISCO
96	SESAN	ESTOQUES (CONTROLE E DISPENSAÇÃO DE PRODUTOS)	85%	55%	70%	Alto
95	SESAN	COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS	85%	55%	70%	Alto
44	SESAN	LIMPEZA URBANA (CAPINAGEM, TERRENOS, PODA, ETC)	78%	55%	67%	Alto
46	SECRETARIA DE OBRAS	ESTOQUE (PEÇAS, ALIMENTOS, INSUMOS, ETC)	82%	51%	66%	Alto
43	SESAN	LIMPEZA DE PRAIA	77%	55%	66%	Alto
110	SECRETARIA DE SAÚDE	COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS	83%	46%	64%	Alto
116	SECRETARIA DE SAÚDE	FROTA	82%	46%	64%	Alto
49	SECRETARIA DE OBRAS	CONTROLE DE FROTAS	77%	51%	64%	Alto
98	SESAN	SERVIÇOS EM VIAS PÚBLICAS	73%	55%	64%	Alto
117	SECRETARIA DE SAÚDE	MEDICINA DO TRABALHO (PERÍCIA)	82%	46%	64%	Alto
174	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	CONTROLE DE FROTA - INFRAÇÃO DE TRÂNSITO	88%	39%	64%	Alto
99	SESAN	SERVIÇOS EM RESIDÊNCIAS	72%	55%	63%	Alto
84	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS	86%	40%	63%	Alto
97	SESAN	LEITURA/CONSUMO/COBRANÇA DE ÁGUA	72%	55%	63%	Alto
48	SECRETARIA DE OBRAS	CONTRATOS E LICITAÇÕES	75%	51%	63%	Alto
55	SECRETARIA DE OBRAS	OBR - REPARO DE PAVIMENTAÇÃO	74%	51%	63%	Alto
150	SECRETARIA DE TURISMO	CARNAVAL	75%	50%	62%	Alto
113	SECRETARIA DE SAÚDE	ESTOQUES (CONTROLE E DISPENSAÇÃO DE PRODUTOS)	79%	46%	62%	Alto
47	SECRETARIA DE OBRAS	MANUTENÇÃO DE FROTAS	73%	51%	62%	Alto
138	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO	FISCALIZAÇÃO DE OBRAS (IN LOCO, MULTAS, ETC)	82%	42%	62%	Alto
80	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	ESTOQUE	83%	40%	62%	Alto
151	SECRETARIA DE TURISMO	EVENTOS DE VERÃO	73%	50%	61%	Alto
152	SECRETARIA DE TURISMO	ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO	72%	50%	61%	Alto
40	SECRETARIA DE GOVERNO	CONTRATOS E REPASSES (AMFRI, FECAM, COSTA VERDE MAR, ETC)	68%	54%	61%	Alto
101	SESAN	CAPTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	67%	55%	61%	Alto
176	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	ESTOQUE	82%	39%	61%	Alto
129	SECRETARIA DE SAÚDE	SMS - HOSPITAL MUNICIPAL NOSSA SENHORA DOS NAVEGANTES	75%	46%	60%	Alto
167	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	CONTROLE PATRIMONIAL - IMÓVEIS	81%	39%	60%	Alto
173	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	CONTROLE DE FROTA - DESLOCAMENTOS	81%	39%	60%	Alto
175	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	CONTROLE DE FROTA - MECÂNICA	81%	39%	60%	Alto
114	SECRETARIA DE SAÚDE	FARMÁCIA MUNICIPAL	74%	46%	60%	Moderado
81	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	CONSTRUÇÕES, MANUTENÇÕES E REFORMAS PREDIAIS	79%	40%	60%	Moderado
100	SESAN	ESTRUTURA FÍSICA (RESERVATÓRIOS, BOMBAS, ETC)	65%	55%	60%	Moderado
45	SECRETARIA DE OBRAS	OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA	68%	51%	60%	Moderado
153	SECRETARIA DE TURISMO	OUTROS EVENTOS	68%	50%	59%	Moderado
112	SECRETARIA DE SAÚDE	DIÁRIAS / HORAS EXTRAS	73%	46%	59%	Moderado
149	SECRETARIA DE TURISMO	COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS	68%	50%	59%	Moderado
132	SECRETARIA DE SAÚDE	SMS - TFD - TRATAMENTO FORA DE DOMICÍLIO	72%	46%	59%	Moderado
156	CÂMARA DE VEREADORES	COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS	84%	34%	59%	Moderado
178	SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA	PROPAG (PROGRAMA PATROLA AGRÍCOLA)	92%	26%	59%	Moderado
42	SECRETARIA DE OBRAS	OBR - MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA	66%	51%	59%	Moderado
85	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	TRANSPORTE ESCOLAR (MANUTENÇÃO, LOCAÇÃO, ABASTECIMENTO, ETC)	77%	40%	59%	Moderado
139	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO	SPU - HABITE-SE DA CONSTRUÇÃO	75%	42%	58%	Moderado
141	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO	SPU - VIABILIDADE PARA CONSTRUÇÃO	75%	42%	58%	Moderado
143	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO	SPU - ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE EDIFICAÇÃO	75%	42%	58%	Moderado







54	SECRETARIA DE OBRAS	OBR - MANUTENÇÃO PREDIAL	66%	51%	58%	Moderado
94	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	KIT ESCOLAR (DISTRIBUIÇÃO UNIFORME, MATERIAL, ETC)	76%	40%	58%	Moderado
165	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	EQUIPE ADMINISTRATIVA - EFETIVOS X COMISSIONADOS	77%	39%	58%	Moderado
111	SECRETARIA DE SAÚDE	CONVÊNIOS / PARCERIAS	71%	46%	58%	Moderado
164	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	PROCESSO DE COMPRAS	77%	39%	58%	Moderado
172	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	CONTROLE DE FROTA - ABASTECIMENTOS	77%	39%	58%	Moderado
182	SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA	PROGRAMAS DE BENEFÍCIOS AGROPECUÁRIOS	91%	26%	58%	Moderado
125	SECRETARIA DE SAÚDE	REGULAÇÃO	70%	46%	58%	Moderado
131	SECRETARIA DE SAÚDE	SMS - SAMU - ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	70%	46%	58%	Moderado
171	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - INEXECUÇÃO CONTRATUAL	76%	39%	58%	Moderado
177	SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA	PROGRAMAS DE BENEFÍCIOS A AGRICULTORES	89%	26%	58%	Moderado
158	CÂMARA DE VEREADORES	DIÁRIAS / HORAS EXTRAS	81%	34%	57%	Moderado
135	SECRETARIA DE SAÚDE	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	69%	46%	57%	Moderado
148	SECRETARIA DE TURISMO	AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE EVENTOS	64%	50%	57%	Moderado
93	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	CONTRATAÇÃO DE ACT	73%	40%	57%	Moderado
140	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO	SPU - UNIFICAÇÃO DE LOTES	72%	42%	57%	Moderado
119	SECRETARIA DE SAÚDE	PROCESSO, SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO	67%	46%	57%	Moderado
127	SECRETARIA DE SAÚDE	SMS - DABA - DEPARTAMENTO DE BEM ESTAR ANIMAL	67%	46%	57%	Moderado
52	SECRETARIA DE OBRAS	OBR - MANUTENÇÃO DOS DECKS	62%	51%	56%	Moderado
77	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	ALUGUÉIS	71%	40%	56%	Moderado
142	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO	SPU - VIABILIDADE PARA FUNCIONAMENTO DE EMPRESAS	70%	42%	56%	Moderado
126	SECRETARIA DE SAÚDE	SMS - CRMH - CENTRO DE REFERÊNCIA DA MULHER E DO HOMEM	64%	46%	55%	Moderado
82	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	CONTROLE PATRIMONIAL (BENS PATRIMONIAIS, TRANSFERÊNCIAS, ETC)	69%	40%	55%	Moderado
166	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	CONTROLE PATRIMONIAL - MÓVEIS	70%	39%	55%	Moderado
27	SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	EQUIPE DA GUARDA MUNICIPAL DE TRÂNSITO	70%	40%	55%	Moderado
87	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	FOLHA DE PAGAMENTO DA SEC. DE EDUCAÇÃO	69%	40%	55%	Moderado
128	SECRETARIA DE SAÚDE	SMS - ESF - ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA	63%	46%	54%	Moderado
17	FUNDAÇÃO DE ESPORTES	FME - FINANCIAMENTO DE PROJETOS ESPORTIVOS ATRAVÉS DO FUNDEL	71%	38%	54%	Moderado
51	SECRETARIA DE OBRAS	SEGURANÇA DO TRABALHO	58%	51%	54%	Moderado
53	SECRETARIA DE OBRAS	OBR - MANUTENÇÃO E REPAROS DOS CEMITÉRIOS MUNICIPAIS	57%	51%	54%	Moderado
118	SECRETARIA DE SAÚDE	PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE	62%	46%	54%	Moderado
109	SECRETARIA DE GOVERNO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	54%	54%	54%	Moderado
170	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	SISTEMA DE TI - SISTEMA/INTEGRAÇÃO/INFORMAÇÃO	67%	39%	53%	Moderado
108	SECRETARIA DE GOVERNO	PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS CONVÊNIOS RECEBIDOS	53%	54%	53%	Moderado
180	SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA	PROGRAMAS DE BENEFÍCIOS A PESCADORES	81%	26%	53%	Moderado
122	SECRETARIA DE SAÚDE	SMS - CEO - CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS	60%	46%	53%	Moderado
123	SECRETARIA DE SAÚDE	SMS - CES - CENTRO ESPECIALIZADO DE SAÚDE	60%	46%	53%	Moderado
88	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	FOLHA DE PAGAMENTO MAGISTÉRIO	66%	40%	53%	Moderado
65	SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	SERVIÇOS DE PUBLICIDADE - MÍDIA IMPRESSA	73%	33%	53%	Moderado
134	SECRETARIA DE SAÚDE	SMS - UPA - UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO	60%	46%	53%	Moderado
103	SECRETARIA DE FINANÇAS	DESPESAS SEM PRÉVIO EMPENHO	68%	37%	52%	Moderado
57	PROCURADORIA	PGM - COBRANÇA DE DÉBITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA	76%	28%	52%	Moderado
120	SECRETARIA DE SAÚDE	SMS - CAPS - CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL	59%	46%	52%	Moderado
124	SECRETARIA DE SAÚDE	SMS - CETA - CENTRO EPIDEMIOLÓGICO DE TESTAGEM E ACONSELHAMENTO	59%	46%	52%	Moderado
133	SECRETARIA DE SAÚDE	SMS - UBS - UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE	58%	46%	52%	Moderado
26	SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS PROVENIENTES DAS MULTAS	64%	40%	52%	Moderado
18	FUNDAÇÃO DE ESPORTES	EVENTOS (PÚBLICO X PRIVADO)	66%	38%	52%	Moderado
154	SECRETARIA DE TURISMO	STCE - CADASTRO DE EVENTOS POPULARES (PF)	54%	50%	52%	Moderado
22	SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	FMVT - AUTORIZAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TÁXI	64%	40%	52%	Moderado
23	SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	FMVT - AUTORIZAÇÃO PARA TRANSPORTE ESCOLAR	64%	40%	52%	Moderado
168	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	SISTEMA DE TI - LEI DE PROTEÇÃO DE DADOS/ACESSOS	64%	39%	52%	Moderado
169	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	SISTEMA DE TI - INFRAESTRUTURA/BACKUPS	64%	39%	52%	Moderado
137	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO	EMIÇÃO DE CERTIDÕES	62%	42%	52%	Moderado
83	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	ESTRUTURA PREDIAL (ACESSIBILIDADE, COZINHA, SEGURANÇA, ETC)	63%	40%	52%	Moderado
136	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO	SPU - APROVAÇÃO DE PROJETO DE PARCELAMENTO DO SOLO	61%	42%	51%	Moderado
79	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	MERENDA ESCOLAR	62%	40%	51%	Moderado
69	SECRETARIA DE DESEN. ECON. E RECEITA	CONCESSÃO, RENOVAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE ALVARÁS	77%	24%	51%	Moderado
19	FUNDAÇÃO DE ESPORTES	CESSÃO DE ESPAÇO PÚBLICO (GINÁSIO)	64%	38%	51%	Moderado
157	CÂMARA DE VEREADORES	FOLHA DE PAGAMENTO	68%	34%	51%	Moderado
67	SECRETARIA DE DESEN. ECON. E RECEITA	BENEFÍCIOS FISCAIS	77%	24%	51%	Moderado
121	SECRETARIA DE SAÚDE	SMS - CEFIR - CENTRO ESPECIALIZADO DE FISIOTERAPIA E REABILITAÇÃO	56%	46%	51%	Moderado
41	SECRETARIA DE OBRAS	OBR - JARDINAMENTO	51%	51%	51%	Moderado
76	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	REMOÇÃO	61%	40%	51%	Moderado
68	SECRETARIA DE DESEN. ECON. E RECEITA	DÍVIDA ATIVA	76%	24%	50%	Moderado
144	SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	DESTINAÇÃO DE MATERIAIS A PARTIR DA DEFESA CIVIL	61%	40%	50%	Moderado
130	SECRETARIA DE SAÚDE	SMS - NASF - NÚCLEO DE APOIO A SAÚDE DA FAMÍLIA	55%	46%	50%	Moderado
155	SECRETARIA DE TURISMO	STCE - FESTIVAL GASTRONÔMICO	50%	50%	50%	Moderado
146	SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	EQUIPE DA GUARDA PATRIMONIAL	61%	40%	50%	Moderado





20	FUNDAÇÃO DE ESPORTES	FME - LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE	62%	38%	50%	Moderado
160	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	FOLHA DE PAGAMENTO - VANTAGENS	60%	39%	50%	Moderado
115	SECRETARIA DE SAÚDE	FOLHA DE PAGAMENTO	53%	46%	49%	Moderado
179	SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA	BENEFÍCIOS AGRICULTURA FAMILIAR (FEIRAS, EVENTOS, ETC)	73%	26%	49%	Moderado
24	SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	FMVT - CARTÃO DE ESTACIONAMENTO	59%	40%	49%	Moderado
66	SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	SERVIÇOS DE PUBLICIDADE - OUTROS	65%	33%	49%	Moderado
181	SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA	COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS	72%	26%	49%	Moderado
104	SECRETARIA E FINANÇAS	REPRESENTAÇÃO ADEQUADA DO PATRIMONIO PÚBLICO	61%	37%	49%	Moderado
21	FUNDAÇÃO DE ESPORTES	FME - PROGRAMA BOLSA ATLETA	59%	38%	48%	Moderado
163	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	FOLHA DE PAGAMENTO - AFASTAMENTOS	57%	39%	48%	Moderado
75	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA	56%	40%	48%	Moderado
71	SECRETARIA DE DESEN. ECON. E RECEITA	IPTU	71%	24%	48%	Moderado
50	SECRETARIA DE OBRAS	FOLHA DE PAGAMENTO	44%	51%	48%	Moderado
86	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	55%	40%	48%	Moderado
74	SECRETARIA DE DESEN. ECON. E RECEITA	ISS	71%	24%	47%	Moderado
29	SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	FMVT - SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA SERVIÇO DE TRANSPORTE	55%	40%	47%	Moderado
61	NAVEGANTESPREV	APLICAÇÃO DOS RECURSOS EM PRODUTOS FINANCEIROS	58%	36%	47%	Moderado
15	FUNDAÇÃO DE ESPORTES	FME - COMPETIÇÕES ESPORTIVAS	57%	38%	47%	Moderado
91	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	SE - REALIZAR MATRÍCULA PARA EDUCAÇÃO INFANTIL ATÉ 5 ANOS	54%	40%	47%	Moderado
92	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	SE - REALIZAR MATRÍCULA PARA O ENSINO FUNDAMENTAL	54%	40%	47%	Moderado
161	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	FOLHA DE PAGAMENTO - REGISTRO PONTO	55%	39%	47%	Moderado
73	SECRETARIA DE DESEN. ECON. E RECEITA	ITBI	69%	24%	47%	Moderado
56	PROCURADORIA	EQUIPE DA PROCURADORIA	65%	28%	47%	Moderado
14	FUNDAÇÃO CULTURAL	FCN - SISTEMA MUNICIPAL DA FINANCIAMENTO DA CULTURA	69%	23%	46%	Moderado
30	SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	FMVT - SOLICITAÇÃO DE GUARDA MUNICIPAL DE TRÂNSITO	53%	40%	46%	Moderado
162	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	FOLHA DE PAGAMENTO - VIDA FUNCIONAL	53%	39%	46%	Moderado
31	SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	FMVT - SOLICITAÇÃO DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA	53%	40%	46%	Moderado
16	FUNDAÇÃO DE ESPORTES	FME - ESCOLINHAS ESPORTIVAS	55%	38%	46%	Moderado
147	SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	SISTEMA DE MONITORAMENTO PATRIMONIAL (ESCOLAS, PREFEITURA, ...)	52%	40%	46%	Moderado
59	NAVEGANTESPREV	PREV - CONCESSÃO DE APOSENTADORIA	55%	36%	46%	Moderado
64	NAVEGANTESPREV	PREV - REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO	55%	36%	46%	Moderado
28	SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	FMVT - RECURSO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO	52%	40%	46%	Moderado
159	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	FOLHA DE PAGAMENTO - CONTRATAÇÃO	52%	39%	46%	Moderado
60	NAVEGANTESPREV	PREV - CONCESSÃO DE PENSÃO POR MORTE	54%	36%	45%	Moderado
89	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	TRANSFERÊNCIA DE ALUNOS	49%	40%	45%	Moderado
39	INSTITUTO AMBIENTAL DE NAVEGANTES	IAN - LICENCIAMENTO, AUTORIZAÇÃO E CERTIDÕES AMBIENTAIS	65%	24%	45%	Moderado
32	SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	FMVT - AUTORIZAÇÃO PARA MOBILIZAÇÃO E ESTACIONAMENTO ESPECIAL	50%	40%	45%	Moderado
7	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO DE ADULTOS/DEPENDENTES QUÍMICOS	57%	31%	44%	Moderado
90	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	SE - MATRÍCULA PARA EJA ( EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS)	47%	40%	44%	Moderado
72	SECRETARIA DE DESEN. ECON. E RECEITA	TAXAS	63%	24%	44%	Moderado
106	SECRETARIA E FINANÇAS	CONTROLE POR FONTE DE RECURSOS	51%	37%	44%	Moderado
6	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	AS - INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS/ADOLESCENTES	56%	31%	44%	Moderado
78	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	PDDE (PRESTAÇÃO DE CONTAS)	47%	40%	44%	Moderado
38	INSTITUTO AMBIENTAL DE NAVEGANTES	IAN - LICENÇA MUNICIPAL PARA EXPLORAÇÃO MINERAL	63%	24%	43%	Moderado
63	NAVEGANTESPREV	PREV - PROVA DE VIDA ANUAL	50%	36%	43%	Moderado
3	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	AS - BENEFÍCIOS EVENTUAIS	55%	31%	43%	Moderado
25	SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	FMVT - REALIZAÇÃO DE PEDÁGIO	47%	40%	43%	Moderado
102	SECRETARIA E FINANÇAS	ORDEM CRONOLÓGICA DAS EXIGIBILIDADES	49%	37%	43%	Moderado
2	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	AS - BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC)	55%	31%	43%	Moderado
33	INSTITUTO AMBIENTAL DE NAVEGANTES	IAN - AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM	61%	24%	43%	Moderado
35	INSTITUTO AMBIENTAL DE NAVEGANTES	USO DE RECURSOS DE MULTAS E COMPENSAÇÕES AMBIENTAIS	61%	24%	43%	Moderado
58	PROCURADORIA	PGM - PROCON	56%	28%	42%	Moderado
8	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	AS - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA (PSB) - CRAS	52%	31%	41%	Moderado
105	SECRETARIA E FINANÇAS	USO DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA	46%	37%	41%	Moderado
36	INSTITUTO AMBIENTAL DE NAVEGANTES	IAN - HABITE-SE SANITÁRIO	57%	24%	41%	Moderado
5	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	FROTAS E TRANSPORTES	50%	31%	41%	Moderado
9	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	AS - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - CREAS	48%	31%	40%	Baixo

- Os percentuais expostos acima são resultado da tabulação de uma série de informações obtidas através das atividades de monitoramento de controle interno, combinadas com notas atribuídas pelo Órgão de Controle baseadas em experiências anteriores de auditoria, de monitoramento, de análise de prestações de contas, de denúncias etc. Estes resultados servem como base para a elaboração do Plano de Resposta aos Riscos, elaborado pelo Órgão Central de Controle Interno no planejamento anual de suas atividades.












### Análise da Atuação da Gestão em Relação aos Aspectos Sociais

- A gestão municipal realizou ações visando à garantia de acesso aos serviços públicos por parte dos munícipes de Navegantes.

- O Município desenvolve diversos projetos e programas sociais visando o combate à pobreza, estimulando o emprego e a renda.

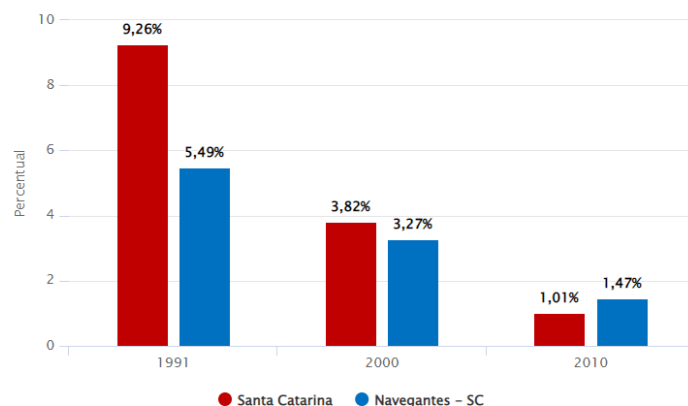
- Extraíndo-se dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, o Município de Navegantes apresenta as seguintes informações demográficas:

 Área Territorial	111.377 km² [2020]
 População estimada	85.734 pessoas [2021]
 Densidade demográfica	540,56 hab/km² [2010]
 Escolarização 6 a 14 anos	97,4 % [2010]
 IDHM Índice de desenvolvimento humano municipal	0,736 [2010] ▼
 Mortalidade infantil	7,67 óbitos por mil nascidos vivos [2019] ▼
 Receitas realizadas	384.248,21 R\$ (+1000) [2019] ▼
 Despesas empenhadas	297.235,21 R\$ (+1000) [2019] ▼
 PIB per capita	57504,74 R\$ [2019] ▼

<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc/navegantes.html>

- De acordo com o censo demográfico do IBGE de 2010, o Município apresenta os seguintes dados da população abaixo da linha de extrema pobreza:

Evolução % da População Abaixo da Linha de Extrema Pobreza (1991 - 2010)

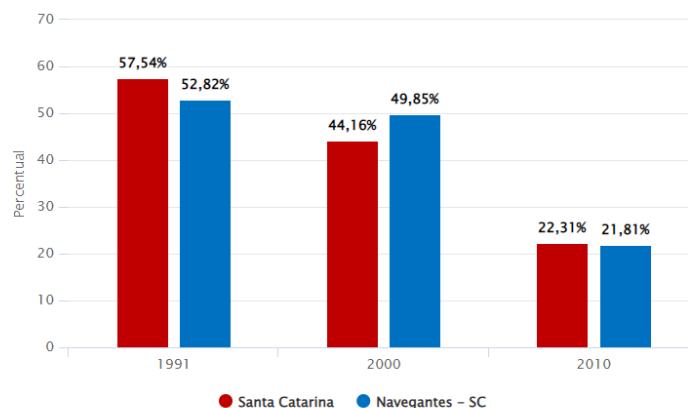


Atlas Brasil 2013 - Censo 2010 | Organizado por Datapedia.info  
**Nota Técnica:** Proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 70,00 mensais, em reais de agosto de 2010. O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.

<https://datapedia.info/cidade/4243/sc/navegantes#undefined>

- Segundo o censo demográfico do IBGE de 2010, o Município apresenta os seguintes dados da população de 0 a 14 anos vulnerável a pobreza:

Evolução % de População de 0 a 14 anos Vulnerável a Pobreza (1991 - 2010)

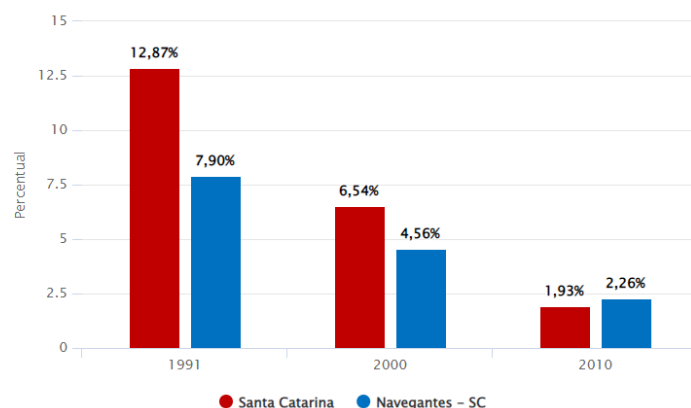


Atlas Brasil 2013 - Censo 2010 | Organizado por Datapedia.info  
**Nota Técnica:** Proporção dos indivíduos com até 14 anos de idade que têm renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 255,00 mensais, em reais de agosto de 2010, equivalente a 1/2 salário mínimo nessa data. O universo de indivíduos é limitado àqueles com até 14 anos e que vivem em domicílios particulares permanentes.

<https://datapedia.info/cidade/4243/sc/navegantes#undefined>

- Com relação a população de 0 a 14 anos abaixo da linha da extrema pobreza o Município possui 2,26% da população nesta situação, representando 0,33% a mais que a média estadual.

Evolução % de População de 0 a 14 anos Abaixo da Linha da Extrema Pobreza (1991 - 2010)



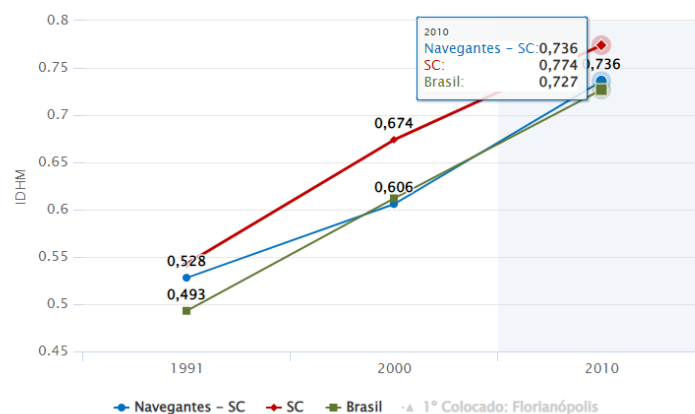
Atlas Brasil 2013 - Censo 2010 | Organizado por Datapedia.info

**Nota Técnica:** Proporção dos indivíduos com até 14 anos de idade que têm renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 70,00 mensais, em reais de agosto de 2010. O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.

<https://datapedia.info/cidade/4243/sc/navegantes#undefined>

- O Índice de Desenvolvimento Humano do município em 2010 chegou no valor de 0,736 ficando acima da média nacional, mas abaixo da média estadual. No entanto é possível observar uma nota crescente a cada década avaliada.

IDH Municipal (1991 - 2010)



Atlas Brasil 2013 - Censo 2010 | Organizado por Datapedia.info

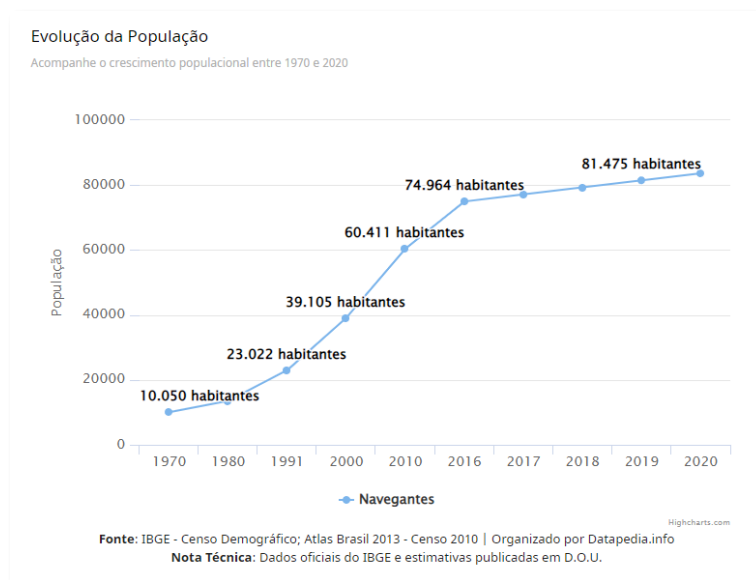
**Nota Técnica:** Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. Média geométrica dos índices das dimensões Renda, Educação e Longevidade, com pesos iguais. Fonte: Atlas Brasil e Radar Atlas Brasil.

<https://datapedia.info/cidade/4243/sc/navegantes#undefined>

- Considerando-se a população total, a comparação entre o último censo e a estimativa de 2020, divulgada pelo IBGE, aponta para um crescimento populacional significativo, próximo de 8,68%. O valor

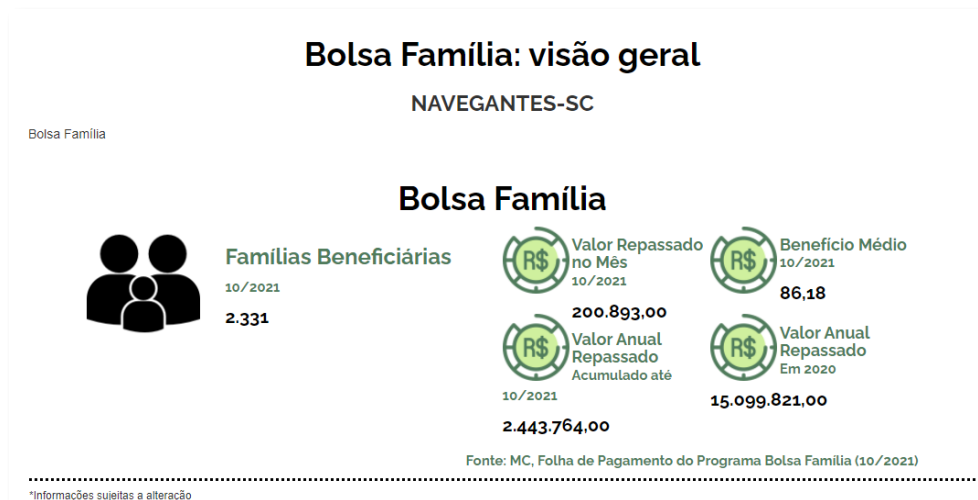


crescente e linear do gráfico abaixo é devido ao resultado apresentado ser uma estimativa do aumento da população a partir de 2016.



<https://datapedia.info/cidade/4243/sc/navegantes#undefined>

- Os dados sobre o programa bolsa família em Navegantes estão atualizados até 10/2021, onde existe o atendimento de 2.331 famílias beneficiadas, com média de R\$ 86,18 repassados por beneficiário.



<https://datapedia.info/cidade/4243/sc/navegantes#undefined>

- É possível observar que o quantitativo de auxílio bolsa família estava em uma crescente ano a ano, mas a partir de 04/2020 houve uma verticalização no número de beneficiados.







Fonte: SENARC

Famílias beneficiárias do Bolsa Família

Ano

Choose a value...

2015

2016

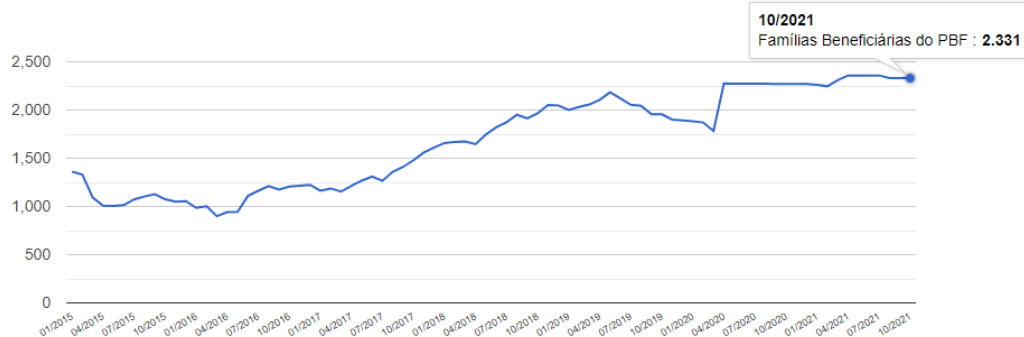
2017

2018

2019

2020

2021

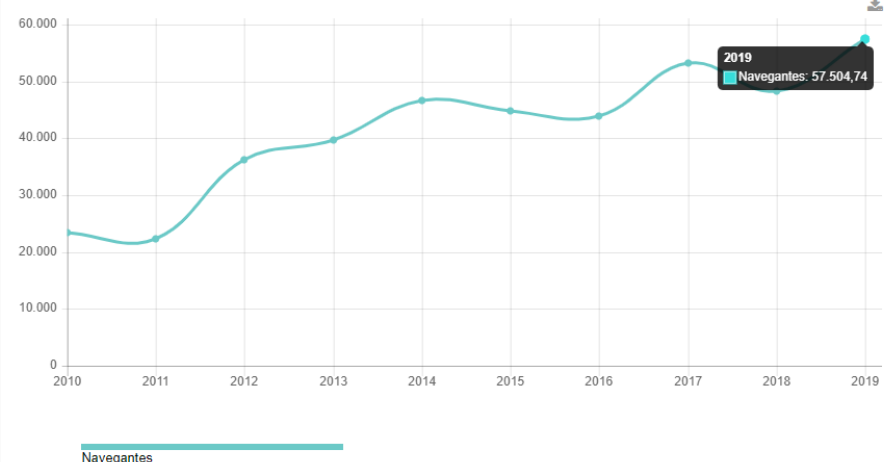


<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/bolsafamilia/index.html>

O PIB per capita do município de Navegantes vem apresentando um resultado crescente e o último dado apurado referente a 2019 teve como resultado o maior índice da série histórica.

PIB per capita / **Série revisada** (Unidade: R\$)

pesquisa



<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/navegantes/pesquisa/38/47001?indicador=47001&tipo=grafico>

- Navegantes é um Município com índice elevado de crescimento do PIB (22,54% entre 2018 e 2019) e está posicionado na 14ª colocação do ranking estadual, de acordo com o último censo do IBGE).



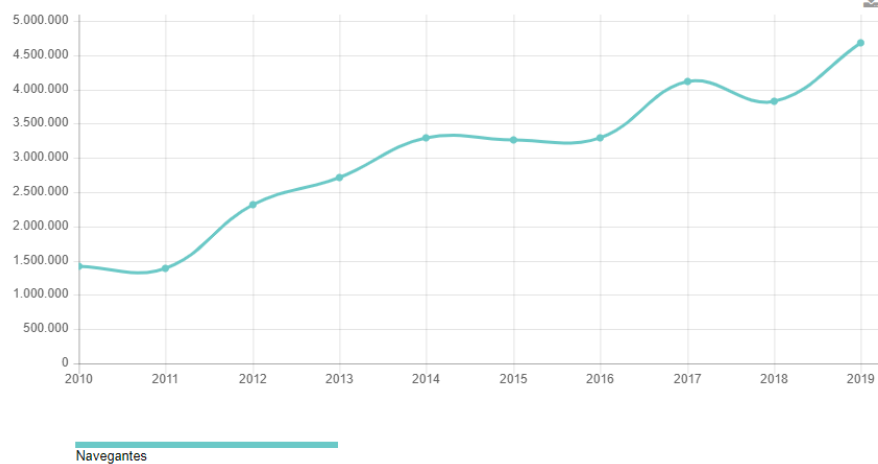
Rua João Emílio, 100 - Centro - Navegantes - SC

CEP: 88370-446

"Doe órgãos! Doe sangue! Salve Vidas"

PIB a preços correntes / **Série revisada** ( Unidade: R\$ x1000 )

**pesquisa**



Para alterar os dados selecione um novo indicador clicando em uma seta.

PIB a preços correntes / **Série revisada** ( Unidade: R\$ x1000 )



**NAVEGANTES NO ESTADO DE SANTA CATARINA**

1º	Joinville	34528619,18
2º	Itajaí	28215220,15
3º	Florianópolis	21963927,87
4º	Blumenau	17294178,55
5º	São José	11290447,89
...		
12º	Lages	5571757,82
13º	Araquari	4856254,65
14º	<b>Navegantes</b>	4685198,95
15º	São Francisco do Sul	4237318,89
16º	Tubarão	3961861,77

**NO BRASIL**

1º	São Paulo - SP	763805984,80
2º	Rio de Janeiro - RJ	354981483,80
3º	Brasília - DF	273613711,48
4º	Belo Horizonte - MG	97205324,54
5º	Curitiba - PR	96088148,89
...		
232º	Araguaína - TO	4710554,52
233º	Mogi Mirim - SP	4704433,70
234º	<b>Navegantes - SC</b>	4685198,95
235º	Candeias - BA	4681094,54
236º	Lajeado - RS	4672562,59

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/navegantes/pesquisa/38/46996?tipo=ranking>



## II - Descrição analítica dos programas do orçamento fiscal, da seguridade social e de investimentos, com indicação das metas físicas e financeiras previstas e executadas de acordo com o estabelecido na LOA.

Obs: realizamos o monitoramento de programas de governo, através das ações e metas estabelecidas na LDO.

### Metas Financeiras

CÓD. AÇÃO	ENTIDADE	DESCRIÇÃO	PREV. INICIAL	PREV. ATUALIZ.	DESP EMP.	DESP LIQ.	DESP PAGAS
0.001	PREFEITURA MUNICIPAL	Amortização da Dívida Pública	5.500.000	5.500.000	5.016.253	5.016.253	5.016.253
0.002	PREFEITURA MUNICIPAL	PASEP - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público	2.906.000	3.406.000	3.306.655	3.306.655	3.073.844
0.003	PREFEITURA MUNICIPAL	Reserva de Contingência	1.200.000	1.200.000			
0.799	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUN	Reserva Orçamentária do RPPS	22.210.000	22.210.000			
1.014	PREFEITURA MUNICIPAL	Pavimentação e Recuperação de Vias e Eixos Estruturantes	3.955.086	4.451.342	1.945.314	651.215	469.473
1.019	PREFEITURA MUNICIPAL	Ampliação e Manutenção da Rede de Iluminação Pública	7.000.000	10.800.000	8.821.329	8.104.593	7.406.659
1.036	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA E TRÂNSITO	Ampliação e Recuperação da Sinalização Viária	200.000	818.000	655.866	513.105	513.105
1.061	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUN	Aquisição de terreno e construção da sede do Instituto de Previdência	231.000	231.000			
1.100	FUNDO DE SEGURANÇA CONTRA INCENDIO E PANICO FUMSCI	Aquisição de Veículos e Equipamentos para o FUMSCI	200.000	245.000	217.141	142.591	70.591
1.101	FUNDO DE SEGURANÇA CONTRA INCENDIO E PANICO FUMSCI	Construção do Quartel do Corpo de Bombeiros Militar	51.000	251.000			
1.121	PREFEITURA MUNICIPAL	Implantação de Macro drenagem	2.000	2.000			
1.125	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	Aquisição de imóvel para construção de nova sede da Câmara de Vereadores	50.000	50.000			
1.126	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	Construção da nova sede da Câmara de Vereadores	450.000	450.000			
1.129	PREFEITURA MUNICIPAL	Investimentos em Ações de Melhoria do Ensino Fundamental	3.700.000	4.100.000	1.963.786	1.855.643	1.855.643
1.130	PREFEITURA MUNICIPAL	Investimentos em Ações de Melhoria do Ensino Infantil	4.000.000	7.050.940	3.546.004	499.439	464.125
1.131	PREFEITURA MUNICIPAL	Investimentos em Ações de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca	102.000	102.000	1.545	1.545	1.545
1.132	PREFEITURA MUNICIPAL	Investimento em Ações de Segurança Pública e Defesa Civil	52.000	112.219	9.000	9.000	9.000
1.133	PREFEITURA MUNICIPAL	Investimentos em Ações de Turismo, Cultura e Esportes	102.000	844.269	24.560	7.160	7.160
1.134	PREFEITURA MUNICIPAL	Investimentos em Ações de Infra-Estrutura Urbana	6.440.000	9.339.311	7.981.660	3.743.307	2.093.289
1.135	PREFEITURA MUNICIPAL	Investimentos em Ações e Equipamentos da Secretaria de Obras	304.000	386.884	303.047	85.067	85.067
1.136	PREFEITURA MUNICIPAL	Investimentos em Ações de Drenagem e Saneamento Básico	2.501.000	351.000	116.802	69.871	69.871
1.137	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	Investimentos no Esporte e Construção e Reforma de Espaços Esportivos	250.000	339.700	193.757	32.464	1.284
1.138	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Investimentos em Equipamentos e Estrutura Física de Saúde	1.344.000	5.908.694	1.122.364	263.243	263.243
1.140	INSTITUTO AMBIENTAL DE NAVEGANTES - IAN	Investimentos em Ações da Fundação Municipal do Meio Ambiente	52.000	52.000			
1.141	FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE NAVEGANTES	Investimentos em Equipamentos e Estrutura Física da Fundação Hospitalar	152.000	152.000			
1.142	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA E TRÂNSITO	Investimentos em Equipamentos de Vigilância e Trânsito	130.000	230.000	88.568	28.640	28.640
1.143	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Investimentos em Estrutura Física e Equipamentos na Assistência Social	243.000	393.000			
1.144	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA	Investimentos em Ações da Fundação Municipal de Cultura	5.000	155.692			





1.145	PREFEITURA MUNICIPAL	Programa de Modernização Administrativa Tributária PMAT	0	1.000.000			
2.002	PREFEITURA MUNICIPAL	Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Administração e Logística	7.850.000	9.770.000	9.042.167	8.376.667	8.226.946
2.005	PREFEITURA MUNICIPAL	Manutenção e Funcionamento da Secretaria Municipal de Governo	1.244.900	1.815.100	1.055.480	912.551	904.854
2.007	PREFEITURA MUNICIPAL	Manutenção da Secretaria de Gestão e Controle	1.034.000	954.000	817.334	772.668	771.240
2.008	PREFEITURA MUNICIPAL	Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Finanças	3.190.000	3.160.000	2.688.139	2.663.410	2.652.671
2.009	PREFEITURA MUNICIPAL	Manutenção e Funcionamento do Gabinete do Prefeito	1.832.000	2.122.000	1.934.634	1.890.758	1.890.410
2.012	PREFEITURA MUNICIPAL	Manutenção da Secretaria de Planejamento Urbano	2.745.000	2.743.000	2.526.659	2.366.626	2.349.372
2.013	PREFEITURA MUNICIPAL	Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Comunicação Social	819.000	934.000	792.452	769.252	769.252
2.014	PREFEITURA MUNICIPAL	Criação e Desenvolvimento de Campanhas Institucionais	370.000	690.000	478.587	432.656	384.215
2.015	PREFEITURA MUNICIPAL	Manutenção da Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca	2.024.000	2.221.000	1.992.665	1.830.989	1.824.988
2.021	PREFEITURA MUNICIPAL	Manutenção da Secretaria da Criança, Adolescente e Juventude	1.061.000	294.000	126.479	123.317	123.101
2.036	PREFEITURA MUNICIPAL	Manutenção e Funcionamento da Procuradoria Geral do Município	2.260.000	2.912.500	2.716.683	2.667.665	2.665.308
2.037	PREFEITURA MUNICIPAL	Precatórias Judiciais	300.000	300.000	201.309	201.309	201.309
2.038	PREFEITURA MUNICIPAL	Manutenção e Funcionamento do PROCON	101.000	56.000	17.400	0	0
2.039	PREFEITURA MUNICIPAL	Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Assistência Social	5.572.000	6.831.428	6.537.496	5.833.639	5.744.412
2.044	PREFEITURA MUNICIPAL	Manutenção e Funcionamento do Programa de Atenção ao Idoso - PAI	300.000	300.000	219.652	219.652	194.463
2.045	PREFEITURA MUNICIPAL	Manutenção e Funcionamento do Abrigo Municipal	320.000	320.000	140.718	114.336	110.419
2.046	FUNDO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	Manutenção do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente	324.000	324.000	22.143	20.788	18.994
2.048	PREFEITURA MUNICIPAL	Manutenção e Funcionamento do Fundo Municipal de Turismo	150.000	150.000			
2.050	PREFEITURA MUNICIPAL	Manutenção dos Serviços de Limpeza e Conservação de Vias Públicas	3.400.000	940.000	933.694	654.275	643.302
2.054	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA	Manutenção das Ações da Fundação Municipal de Cultura	1.251.000	1.459.641	1.082.676	994.793	989.882
2.057	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA	Manutenção das Ações do Fundo Municipal de Cultura	450.000	566.000	506.575	410.029	361.230
2.058	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA	Manutenção e Funcionamento da Lei de Incentivo à Cultura	320.000	414.884	127.484	0	0
2.060	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	Manutenção e Funcionamento da Fundação de Esportes	1.855.000	1.865.000	1.218.103	910.066	877.888
2.061	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	Manutenção e Funcionamento do Programa Viva Verão Navegantes	70.000	70.000			
2.062	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	Manutenção e Funcionamento do FUNDEL	50.000	150.000			
2.063	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	Manutenção e Funcionamento da Lei de Incentivo ao Esporte	100.000	100.000			
2.065	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	Manutenção e Funcionamento do Bolsa Atleta	100.000	200.000	155.404	144.169	144.169
2.066	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA E TRÂNSITO	Manutenção e Funcionamento da Fundação de Trânsito	1.106.000	1.306.000	1.180.030	1.164.270	1.154.098
2.067	INSTITUTO AMBIENTAL DE NAVEGANTES - IAN	Manutenção da Fundação Municipal do Meio Ambiente	1.596.000	2.056.000	1.638.390	1.507.420	1.500.682
2.069	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Manutenção do Programa - IGD/SUAS	14.000	14.000			
2.074	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Manutenção do Programa de Acesso ao Mundo do Trabalho - ACESSUAS	140.000	140.000			
2.075	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Manutenção do Programa do Piso de Alta Complexidade I - Criança/ Adolescente	125.000	125.000	31.631	0	0
2.076	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Manutenção da Proteção Social Básica	310.000	310.000	133.952	40.573	38.228
2.077	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Manutenção do Programa Bolsa Família - IGDBF/SUAS	75.000	75.000	33.386	5.448	5.395





2.078	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Manutenção da Proteção Especial de Média Complexidade	392.000	392.000	139.762	79.212	78.484
2.079	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Manutenção do Programa de Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil	92.000	92.000	57.920	39.471	39.471
2.080	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Manutenção do Programa de Benefícios Eventuais	20.000	130.000	78.456	64.122	64.122
2.081	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Manutenção e Funcionamento do Fundo Municipal de Assistência Social	386.000	386.000	23.777	22.421	20.248
2.083	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Manutenção e Funcionamento do Fundo da Saúde	38.909.227	53.278.826	51.858.592	49.066.387	47.569.194
2.084	PREFEITURA MUNICIPAL	Manutenção e Funcionamento do Gabinete do Vice Prefeito	507.000	396.000	339.771	312.134	309.776
2.111	PREFEITURA MUNICIPAL	Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Desenv. Econômico	4.010.000	5.080.433	4.618.380	4.299.577	4.251.697
2.113	PREFEITURA MUNICIPAL	Manutenção e Funcionamento do Sine	85.000	12.567	12.465	12.465	12.465
2.114	PREFEITURA MUNICIPAL	Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Obras	19.829.000	19.184.823	18.333.141	14.777.420	14.662.445
2.117	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUN	Manutenção das atividades do Instituto de Previdência	1.984.500	1.984.500	1.797.394	1.612.046	1.568.424
2.118	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUN	Manutenção dos Benefícios Previdenciários	12.090.750	17.890.750	17.215.856	17.215.856	17.215.856
2.119	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	Manutenção e Funcionamento da Câmara de Vereadores	5.255.000	5.255.000	4.245.624	4.245.624	4.245.624
2.120	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUN	Manutenção do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público	540.750	540.750	284.836	284.836	284.836
2.121	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUN	Manutenção do Programa Pré e Pós Aposentadoria	63.000	63.000	45.676	23.495	23.347
2.124	PREFEITURA MUNICIPAL	Manutenção da Secretaria de Saneamento Básico	21.434.000	29.726.500	29.250.448	25.485.842	23.491.270
2.126	PREFEITURA MUNICIPAL	Manutenção e Funcionamento do Conselho Tutelar	780.000	590.000	463.540	396.296	394.774
2.127	PREFEITURA MUNICIPAL	Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Educação	600.000	1.058.579	978.040	924.628	903.316
2.128	PREFEITURA MUNICIPAL	Manutenção e Funcionamento da Educação Especial	704.200	704.200	609.660	609.660	609.660
2.129	PREFEITURA MUNICIPAL	Manutenção e Funcionamento da Educação de Jovens e Adultos	150.000	150.000	6.978	0	0
2.130	PREFEITURA MUNICIPAL	Manutenção e Funcionamento do Ensino Fundamental	62.506.900	82.043.818	76.481.570	70.202.818	69.930.785
2.131	PREFEITURA MUNICIPAL	Manutenção e Funcionamento da Educação Infantil	48.143.000	57.742.444	53.552.330	52.179.776	51.880.068
2.136	PREFEITURA MUNICIPAL	Manutenção da Merenda Escolar do Ensino Fundamental	1.900.000	2.212.904	2.010.923	1.530.147	1.508.870
2.137	PREFEITURA MUNICIPAL	Manutenção da Merenda Escolar do Educação Infantil e Creches	2.080.000	2.500.546	2.162.565	1.878.359	1.859.919
2.142	PREFEITURA MUNICIPAL	Manutenção do Transporte Escolar	1.575.000	1.575.000	670.000	99.336	90.802
2.144	FUNDO DE SEGURANÇA CONTRA INCENDIO E PANICO FUMSCI	Manutenção e Funcionamento do FUMSCI - Apoio Operacional e Administrativo	762.000	1.052.000	939.996	639.086	607.878
2.148	FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE NAVEGANTES	Manutenção da Fundação Hospitalar de Navegantes	214.000	214.000	51.875	51.875	48.255
2.149	INSTITUTO AMBIENTAL DE NAVEGANTES - IAN	Compensação Ambiental	40.000	40.000			
2.150	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA E TRÂNSITO	Manutenção e Funcionamento Fiscalização de Trânsito - Convênio de Trânsito	940.000	1.040.000	1.012.139	937.400	911.199
2.151	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA E TRÂNSITO	Manutenção e Funcionamento do Convênio de Trânsito/SC - Polícia Civil	230.000	305.000	252.594	115.598	111.834
2.152	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA E TRÂNSITO	Manutenção e Funcionamento do Convênio de Trânsito/SC - Polícia Militar	195.000	195.000	179.850	179.850	179.850
2.154	PREFEITURA MUNICIPAL	Convênio Polícia Militar - Rádio Patrulha	120.000	176.848	97.972	67.572	58.636
2.156	PREFEITURA MUNICIPAL	Manutenção da Secretaria de Segurança e Defesa Civil	1.250.000	2.743.000	2.448.727	2.091.915	2.059.425





2.156	PREFEITURA MUNICIPAL	Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Segurança e Defesa Social	0	39.781	39.781	39.781	39.781
2.157	PREFEITURA MUNICIPAL	Manutenção da Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes	844.000	878.608	807.773	716.067	674.044
2.158	PREFEITURA MUNICIPAL	Manutenção dos Eventos Turísticos e de Lazer do Município	1.050.000	1.394.037	914.927	229.613	184.446
2.159	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Manutenção do Bloco de Atenção Básica em Saúde	6.610.000	7.060.000	6.133.901	5.805.531	5.714.956
2.160	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Manutenção do Bloco de Atenção de Média e Alta Complexidade - MAC	4.420.000	10.147.572	9.518.995	8.524.814	7.995.201
2.161	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Manutenção do Bloco de Vigilância em Saúde	905.000	1.205.000	605.016	500.997	494.713
2.162	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Manutenção do Bloco de Assistência Farmacêutica	1.700.000	1.800.000	1.691.570	1.619.596	1.593.693
2.163	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Manutenção do Bloco de Gestão do SUAS	60.000	60.000	0	0	0
2.164	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Manutenção dos Programas Vinculados com a Secretaria Estadual de Saúde	779.000	1.029.000	925.278	832.816	788.017
2.165	PREFEITURA MUNICIPAL	Manutenção do Programa do Benefício de Prestação Continuada Idoso/Portador de Deficiência	34.000	34.000			
2.166	PREFEITURA MUNICIPAL	Manutenção do Fundo Municipal para Conservação da Praia - FUMCOP	4.000	4.000			
2.167	PREFEITURA MUNICIPAL	Manutenção do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa	160.000	160.000			
2.168	PREFEITURA MUNICIPAL	Emendas Individuais do Legislativo Municipal - Recursos Ordinários	1.927.343	1.703	188	0	0
2.169	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Emendas Individuais do Legislativo Municipal - Recursos Saúde	1.927.343	2.069.417	641.424	31.330	31.330
(vazio)	(vazio)	(vazio)					
Total Geral			354.000.000	440.460.208	365.164.680	327.102.886	318.484.329

### Metas Físicas

nº Ação	Órgão	Descrição Ação	Quantidade	Produto	Unidade de Medida	Quantidade	% de Execução
0.001	Secretaria Municipal de Finanças	Amortização da Dívida Pública	1	Ano	UN	N/A	N/A
0.002	Secretaria Municipal de Finanças	PASEP - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público	1	Ano	UN	N/A	N/A
0.003	Secretaria Municipal de Finanças	Reserva de Contingência	1	Ano	UN	N/A	N/A
0.799	Instituto de Previdência Social dos Servidores Mun	Reserva Orçamentária do RPPS	1	Ano	UN	N/A	N/A
1.014	Secretaria Municipal de Obras	Pavimentação e Recuperação de Vias e Eixos Estruturantes	24.000	Pavimentação	M²	23.093	96%
1.019	Secretaria Municipal de Obras	Ampliação e Manutenção da Rede de Iluminação Pública	1.800	Atendimentos	UN	4.098	228%
1.036	Fundação Municipal de Vigilância e Trânsito	Ampliação e Recuperação da Sinalização Viária	5	Sinalização Viária	KM	30	600%
1.061	Instituto de Previdência Social dos Servidores Mun	Aquisição de terreno e construção da sede do Instituto de Previdência	125	Area Construida	M²	0	0%
1.100	Fundo de Segurança contra Incêndio e Pânico FUMSCI	Aquisição de Veículos e Equipamentos para o FUMSCI	130	Veículos/Equipamentos	UN	Sem info.	Sem info.
1.101	Fundo de Segurança contra Incêndio e Pânico FUMSCI	Construção do Quartel do Corpo de Bombeiros Militar	110	Area Construida	M²	Sem info.	Sem info.
1.121	Secretaria Municipal de Obras	Implantação de Macrodrenagem	1.260	Area Construida	M²	0	0%
1.125	Câmara Municipal de Vereadores	Aquisição de imóvel para construção de nova sede da Câmara de Vereadores	1	Imóvel Câmara	UN	0	0%
1.126	Câmara Municipal de Vereadores	Construção da nova sede da Câmara de Vereadores	1	Area Construida	M²	0	0%
1.129	Secretaria Municipal de Educação	Investimentos em Ações de Melhoria do Ensino Fundamental	1	Investimento	Ano	1	100%
1.130	Secretaria Municipal de Educação	Investimentos em Ações de Melhoria do Ensino Infantil	1	Investimento	Ano	1	100%







1.131	Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca	Investimentos em Ações de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca	1	Investimento	Ano	1	100%
1.132	Secretaria Municipal da Segurança e Defesa Social	Investimento em Ações de Segurança Pública e Defesa Civil	1	Investimento	Ano	1	100%
1.133	Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esporte	Investimentos em Ações de Turismo, Cultura e Esportes	1	Investimento	Ano	1	100%
1.134	Secretaria Municipal de Obras	Investimentos em Ações de Infra-Estrutura Urbana	1	Investimento	Ano	1	100%
1.135	Secretaria Municipal de Obras	Investimentos em Ações e Equipamentos da Secretaria de Obras	1	Investimento	Ano	1	100%
1.136	Secretaria Municipal de Saneamento Básico	Investimentos em Ações de Drenagem e Saneamento Básico	1	Investimento	Ano	1	100%
1.137	Fundação Municipal de Esportes	Investimentos no Esporte e Construção e Reforma de Espaços Esportivos	1	Investimento	Ano	1	100%
1.138	Fundo Municipal de Saúde	Investimentos em Equipamentos e Estrutura Física de Saúde	1	Investimento	Ano	1	100%
1.140	Fundação Municipal de Meio Ambiente	Investimentos em Ações da Fundação Municipal do Meio Ambiente	1	Investimento	Ano	1	100%
1.141	Fundação Hospitalar de Navegantes	Investimentos em Equipamentos e Estrutura Física da Fundação Hospitalar	1	Investimento	Ano	1	100%
1.142	Fundação Municipal de Vigilância e Trânsito	Investimentos em Equipamentos de Vigilância e Trânsito	1	Investimento	Ano	1	100%
1.143	Fundo Municipal de Assistência Social	Investimentos em Estrutura Física e Equipamentos na Assistência Social	1	Investimento	Ano	1	100%
1.144	Fundação Municipal de Cultura	Investimentos em Ações da Fundação Municipal de Cultura	1	Investimento	Ano	1	100%
2.002	Secretaria Municipal de Administração e Logística	Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Administração e Logística	1	Ano	UN	N/A	N/A
2.005	Secretaria Municipal de Governo	Manutenção e Funcionamento da Secretaria Municipal de Governo	1	Ano	UN	N/A	N/A
2.007	Secretaria Municipal de Gestão e Controle	Manutenção da Secretaria de Gestão e Controle	1	Ano	UN	N/A	N/A
2.008	Secretaria Municipal de Finanças	Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Finanças	1	Ano	UN	N/A	N/A
2.009	Gabinete do Prefeito	Manutenção e Funcionamento do Gabinete do Prefeito	1	Ano	UN	N/A	N/A
2.012	Secretaria Municipal de Planejamento Urbano	Manutenção da Secretaria de Planejamento Urbano	1	Ano	UN	N/A	N/A
2.013	Secretaria Municipal de Comunicação Social	Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Comunicação Social	1	Ano	UN	N/A	N/A
2.014	Secretaria Municipal de Comunicação Social	Criação e Desenvolvimento de Campanhas Institucionais	1	Ano	UN	N/A	N/A
2.015	Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca	Manutenção da Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca	220	Agricultores	UN	232	105%
2.021	Secretaria Municipal da Criança, Adoles. e Juventude	Manutenção da Secretaria da Criança, Adolescente e Juventude	750	Atendimentos	UN	Sem info.	Sem info.
2.036	Procuradoria Geral do Município	Manutenção e Funcionamento da Procuradoria Geral do Município	1	Ano	UN	N/A	N/A
2.037	Procuradoria Geral do Município	Precatórios Judiciais	1	Ano	UN	N/A	N/A
2.038	Procuradoria Geral do Município	Manutenção e Funcionamento do PROCON	3.679	Atendimentos	UN	1.436	39%
2.039	Secretaria Municipal de Assistência Social	Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Assistência Social	1	Ano	UN	N/A	N/A
2.044	Secretaria Municipal de Assistência Social	Manutenção e Funcionamento do Programa de Atenção ao Idoso - PAI	1.600	Atendimentos	UN	Sem info.	Sem info.
2.045	Secretaria Municipal de Assistência Social	Manutenção e Funcionamento do Abrigo Municipal	20	Atendimentos	UN	Sem info.	Sem info.
2.046	Fundo dos Direitos da Criança e Adolescente	Manutenção do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente	750	Atendimentos	UN	125	17%
2.048	Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esporte	Manutenção e Funcionamento do Fundo Municipal de Turismo	1	Ano	UN	N/A	N/A
2.050	Secretaria Municipal de Obras	Manutenção dos Serviços de Limpeza e Conservação de Vias Públicas	1	Ano	UN	N/A	N/A
2.054	Fundação Municipal de Cultura	Manutenção das Ações da Fundação Municipal de Cultura	5.800	Público	UN	Sem info.	Sem info.
2.057	Fundação Municipal de Cultura	Manutenção das Ações do Fundo Municipal de Cultura	20.447	Público	UN	Sem info.	Sem info.
2.058	Fundação Municipal de Cultura	Manutenção e Funcionamento da Lei de Incentivo a Cultura	9.201	Público	UN	Sem info.	Sem info.





2.060	Fundação Municipal de Esportes	Manutenção e Funcionamento da Fundação de Esportes	1	Ano	UN	N/A	N/A
2.061	Fundação Municipal de Esportes	Manutenção e Funcionamento do Programa Viva Verão Navegantes	1.800	População	UN	Sem info.	Sem info.
2.062	Fundação Municipal de Esportes	Manutenção e Funcionamento do FUNDEL	5	Projetos	UN	Sem info.	Sem info.
2.063	Fundação Municipal de Esportes	Manutenção e Funcionamento da Lei de Incentivo ao Esporte	20	Projetos	UN	Sem info.	Sem info.
2.065	Fundação Municipal de Esportes	Manutenção e Funcionamento do Bolsa Atleta	75	Atletas	UN	Sem info.	Sem info.
2.066	Fundação Municipal de Vigilância e Trânsito	Manutenção e Funcionamento da Fundação de Trânsito	1	Ano	UN	N/A	N/A
2.067	Fundação Municipal de Meio Ambiente	Manutenção da Fundação Municipal do Meio Ambiente	1	Ano	UN	N/A	N/A
2.069	Fundo Municipal de Assistência Social	Manutenção do Programa - IGD/SUAS	1	Ano	Ano	1	100%
2.074	Fundo Municipal de Assistência Social	Manutenção do Programa de Acesso ao Mundo do Trabalho - ACESSUAS	1.100	Atendimentos	UN	140	13%
2.075	Fundo Municipal de Assistência Social	Manutenção do Programa do Piso de Alta Complexidade I - Criança/ Adolescente	20	Atendimentos	UN	16	80%
2.076	Fundo Municipal de Assistência Social	Manutenção da Proteção Social Básica	5.000	Atendimentos	UN	361	7%
2.077	Fundo Municipal de Assistência Social	Manutenção do Programa Bolsa Família - IGDBF/SUAS	1.180	Atendimentos	UN	2.331	198%
2.078	Fundo Municipal de Assistência Social	Manutenção da Proteção Especial de Média Complexidade	300	Atendimentos	UN	587	196%
2.079	Fundo Municipal de Assistência Social	Manutenção do Programa de Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil	250	Atendimentos	UN	20	8%
2.080	Fundo Municipal de Assistência Social	Manutenção do Programa de Benefícios Eventuais	1	Ano	Ano	1	100%
2.081	Fundo Municipal de Assistência Social	Manutenção e Funcionamento do Fundo Municipal de Assistência Social	1	Ano	Ano	1	100%
2.083	Fundo Municipal de Saúde	Manutenção e Funcionamento do Fundo da Saúde	63.615	Atendimentos	UN	Sem info.	Sem info.
2.084	Gabinete do Vice Prefeito	Manutenção e Funcionamento do Gabinete do Vice Prefeito	1	Ano	UN	N/A	N/A
2.111	Secretaria Municipal de Desenv.Econômico e Receita	Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Desenv. Econômico	60.000	Contribuintes	UN	Sem info.	Sem info.
2.113	Secretaria Municipal de Desenv.Econômico e Receita	Manutenção e Funcionamento do Sine	26.000	Atendimentos	UN	Sem info.	Sem info.
2.114	Secretaria Municipal de Obras	Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Obras	1	Ano	UN	N/A	N/A
2.117	Instituto de Previdência Social dos Servidores Mun	Manutenção das atividades do Instituto de Previdência	3	Ano	UN	N/A	N/A
2.118	Instituto de Previdência Social dos Servidores Mun	Manutenção dos Benefícios Previdenciários	396	Aposentados e Pensionistas	UN	408	103%
2.119	Câmara Municipal de Vereadores	Manutenção e Funcionamento da Câmara de Vereadores	1	Ano	UN	N/A	N/A
2.120	Instituto de Previdência Social dos Servidores Mun	Manutenção do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público	1	Ano	UN	N/A	N/A
2.121	Instituto de Previdência Social dos Servidores Mun	Manutenção do Programa Pré e Pós Aposentadoria	52	Beneficiários	UN	151	290%
2.124	Secretaria Municipal de Saneamento Básico	Manutenção da Secretaria de Saneamento Básico	1	Ano	UN	N/A	N/A
2.126	Secretaria Municipal de Assistência Social	Manutenção e Funcionamento do Conselho Tutelar	15.500	Atendimentos	UN	Sem info.	Sem info.
2.127	Secretaria Municipal de Educação	Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Educação	1	Ano	UN	N/A	N/A
2.128	Secretaria Municipal de Educação	Manutenção e Funcionamento da Educação Especial	308	Alunos	UN	624	203%
2.129	Secretaria Municipal de Educação	Manutenção e Funcionamento da Educação de Jovens e Adultos	1	Alunos	UN	207	20700%
2.130	Secretaria Municipal de Educação	Manutenção e Funcionamento do Ensino Fundamental	6.832	Alunos	UN	10.271	150%
2.131	Secretaria Municipal de Educação	Manutenção e Funcionamento da Educação Infantil	11.286	Alunos	UN	6.139	54%
2.136	Secretaria Municipal de Educação	Manutenção da Merenda Escolar do Ensino Fundamental	6.832	Alunos	UN	10.271	150%





2.137	Secretaria Municipal de Educação	Manutenção da Merenda Escolar do Educação Infantil e Creches	11.286	Alunos	UN	6.139	54%
2.142	Secretaria Municipal de Educação	Manutenção do Transporte Escolar	276	Alunos	UN	450	163%
2.144	Fundo de Segurança contra Incêndio e Pânico FUMSCI	Manutenção e Funcionamento do FUMSCI - Apoio Operacional e Administrativo	3.300	Atendimentos	UN	Sem info.	Sem info.
2.148	Fundação Hospitalar de Navegantes	Manutenção da Fundação Hospitalar de Navegantes	63.615	Atendimentos	UN	Sem info.	Sem info.
2.149	Fundação Municipal de Meio Ambiente	Compensação Ambiental	1	Ano	UN	N/A	N/A
2.150	Fundação Municipal de Vigilância e Trânsito	Manutenção e Funcionamento Fiscalização de Trânsito - Convênio de Trânsito	1	Ano	UN	N/A	N/A
2.151	Fundação Municipal de Vigilância e Trânsito	Manutenção e Funcionamento do Convênio de Trânsito/SC - Polícia Civil	1	Ano	UN	N/A	N/A
2.152	Fundação Municipal de Vigilância e Trânsito	Manutenção e Funcionamento do Convênio de Trânsito/SC - Polícia Militar	1	Ano	UN	N/A	N/A
2.154	Secretaria Municipal da Segurança e Defesa Social	Convênio Polícia Militar - Rádio Patrulha	1	Ano	UN	N/A	N/A
2.156	Secretaria Municipal da Segurança e Defesa Social	Manutenção da Secretaria de Segurança e Defesa Civil	1	Manutenção das Atividades	Ano	1	100%
2.157	Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esporte	Manutenção da Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes	1	Manutenção das Atividades	Ano	1	100%
2.158	Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esporte	Manutenção dos Eventos Turísticos e de Lazer do Município	1	Manutenção das Atividades	Ano	1	100%
2.159	Fundo Municipal de Saúde	Manutenção do Bloco de Atenção Básica em Saúde	1	Manutenção das Atividades	Ano	1	100%
2.160	Fundo Municipal de Saúde	Manutenção do Bloco de Atenção de Média e Alta Complexidade - MAC	1	Manutenção das Atividades	Ano	1	100%
2.161	Fundo Municipal de Saúde	Manutenção do Bloco de Vigilância em Saúde	1	Manutenção das Atividades	Ano	1	100%
2.162	Fundo Municipal de Saúde	Manutenção do Bloco de Assistência Farmacêutica	1	Manutenção das Atividades	Ano	1	100%
2.163	Fundo Municipal de Saúde	Manutenção do Bloco de Gestão do SUAS	1	Manutenção das Atividades	Ano	1	100%
2.164	Fundo Municipal de Saúde	Manutenção dos Programas Vinculados com a Secretaria Estadual de Saúde	1	Manutenção das Atividades	Ano	1	100%
2.165	Secretaria Municipal de Assistência Social	Manutenção do Programa do Benefício de Prestação Continuada Idoso/Portador de Deficiência	1	Manutenção das Atividades	Ano	1	100%
2.166	Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esporte	Manutenção do Fundo Municipal para Conservação da Praia - FUMCOP	1	Manutenção das Atividades	Ano	1	100%
2.167	Secretaria Municipal de Assistência Social	Manutenção do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa	1	Manutenção das Atividades	Ano	1	100%
2.168	Secretaria Municipal de Administração e Logística	Emendas Individuais do Legislativo Municipal - Recursos Ordinários	1	Manutenção das Atividades	Ano	1	100%
2.169	Fundo Municipal de Saúde	Emendas Individuais do Legislativo Municipal - Recursos Saúde	1	Manutenção das Atividades	Ano	1	100%





**III - informações e análise sobre a execução do plano plurianual e prioridades escolhidas pelo Município na LDO, bem como a execução das metas escolhidas pela população em audiência pública.**

Obs.: informação facultativa conforme disposto na Portaria nº N.TC-0016/2022.

**IV - Análise da execução dos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimento das empresas em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;**

- O Município de Navegantes não possui participações em empresas.

**V - Análise comparativa entre a programação e a execução financeira de desembolso:**

Obs.: informação facultativa conforme disposto na Portaria nº N.TC-0016/2022.

**VI - Demonstrativo dos restos a pagar, liquidados e não liquidados, existentes ao final do exercício, bem como sobre as despesas de exercícios anteriores registradas no Balanço Geral:**

Obs.: informação facultativa conforme disposto na Portaria nº N.TC-0016/2022.

**VII - Demonstrativo dos valores mensais repassados no exercício ao Tribunal de Justiça para pagamento de precatórios:**

Obs.: informação facultativa conforme disposto na Portaria nº N.TC-0016/2022.

**VIII - Em relação ao desempenho da arrecadação:**

Obs.: informação facultativa conforme disposto na Portaria nº N.TC-0016/2022.



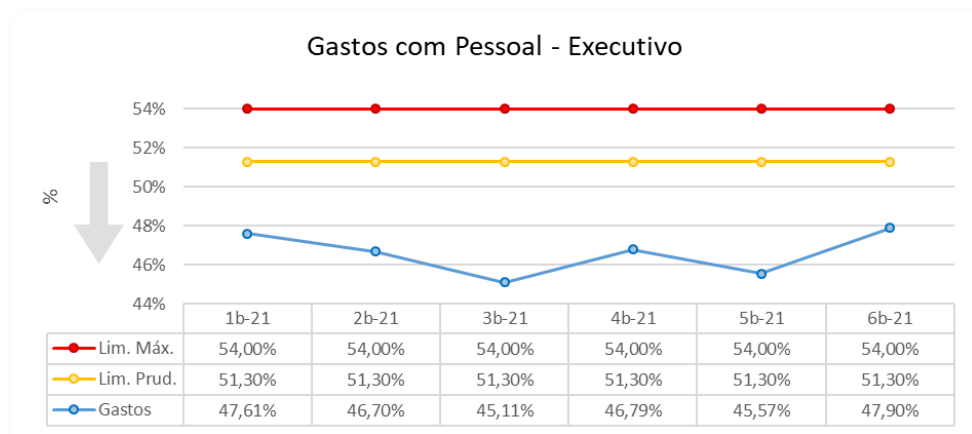
**IX - Demonstrativos dos indicadores fiscais da Lei Complementar nº 101/2000, relativos a despesas com pessoal, operações de crédito e endividamento e do cumprimento das metas fiscais, indicando as razões do não alcance das metas fiscais ou da extrapolação de limites, bem como indicação das medidas adotadas para melhoria da gestão e equilíbrio fiscal e para retorno aos limites:**

#### Limite de Gastos com Pessoal

Valor Acumulado	1b-21	2b-21	3b-21	4b-21	5b-21	6b-21
<b>Receita Corrente Líquida Ajustada (últimos 12 meses)</b>	<b>355.300.649</b>	<b>364.781.114</b>	<b>370.300.885</b>	<b>370.973.367</b>	<b>387.745.239</b>	<b>377.434.572</b>
Limite máximo de gastos com pessoal - Poder Executivo (54%)	191.862.350	196.981.801	199.962.478	200.325.618	209.382.429	203.814.669
Limite prudencial de gastos com pessoal - Poder Executivo (51,3%)	182.269.233	187.132.711	189.964.354	190.309.337	198.913.308	193.623.936
<b>Gastos com pessoal do Poder Executivo (12 meses)</b>	<b>169.159.864</b>	<b>170.343.018</b>	<b>167.046.712</b>	<b>173.572.476</b>	<b>176.706.026</b>	<b>180.789.260</b>
<b>Percentual de gastos com pessoal - Poder Executivo</b>	<b>47,61%</b>	<b>46,70%</b>	<b>45,11%</b>	<b>46,79%</b>	<b>45,57%</b>	<b>47,90%</b>
Limite máximo de gastos com pessoal - Poder Legislativo (6%)	21.318.039	21.886.867	22.218.053	22.258.402	23.264.714	22.646.074
Gastos com pessoal do Poder Legislativo (12 meses)	3.832.558	3.769.165	3.689.278	3.624.484	3.551.111	3.211.900
<b>Percentual de gastos com pessoal - Poder Legislativo</b>	<b>1,08%</b>	<b>1,03%</b>	<b>1,00%</b>	<b>0,98%</b>	<b>0,92%</b>	<b>0,85%</b>
Limite máximo de gastos com pessoal - Consolidado (60%)	213.180.389	218.868.668	222.180.531	222.584.020	232.647.143	226.460.743
Gastos com pessoal - Consolidado (12 meses)	172.992.422	174.112.183	170.735.989	177.196.961	180.257.137	184.001.160
<b>Percentual de gastos com pessoal - Consolidado</b>	<b>48,69%</b>	<b>47,73%</b>	<b>46,11%</b>	<b>47,77%</b>	<b>46,49%</b>	<b>48,75%</b>

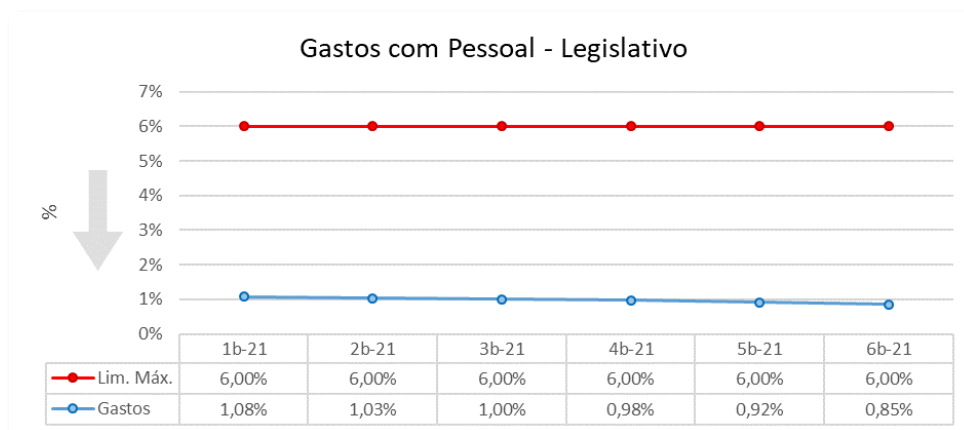
Fonte: RREO Anexo 3 (RCL) + RGF Anexo 1 (Gastos)

Pode-se observar na tabela acima e pelo gráfico abaixo, que o Poder Executivo Municipal cumpriu o limite máximo de gastos com pessoal (abaixo de 54,0%). Fazendo a verificação do percentual gasto apenas no que se refere ao limite prudencial (51,3%) o resultado ficou 3,4% abaixo.

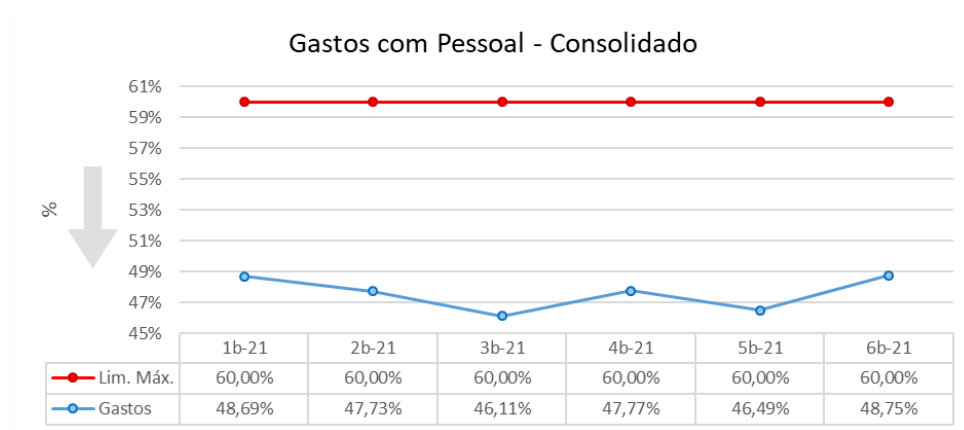


De acordo com o gráfico acima é possível observar que havia uma tendência de queda do índice nos últimos cinco períodos (de 1b-21 até 3b-21) dos gastos com pessoal do poder executivo, no entanto no 4b-21 houve uma inversão da tendência, com um aumento de 1,68% comparado com o 3b-21, resultando em um índice final de 46,79% de gastos com pessoal. No 5b-21 voltou a ter uma redução no índice de 1,22%, mas fechou o exercício com o resultado do 6b-21 com um aumento significativo de 2,33%, ficando com o maior índice da série anual de 47,9%.

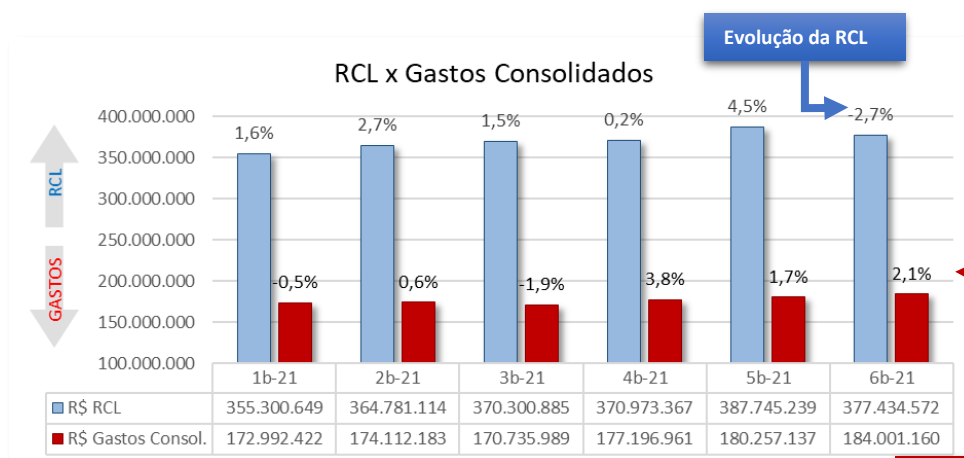
Vale ressaltar que os gastos em valores absolutos com a folha alcançaram o maior volume financeiro dos últimos 12 meses (R\$ 180,789 milhões) neste 6b- 21.



Com relação aos gastos do Legislativo, o índice continua bem abaixo do limite, não necessitando de nenhuma atuação no momento.



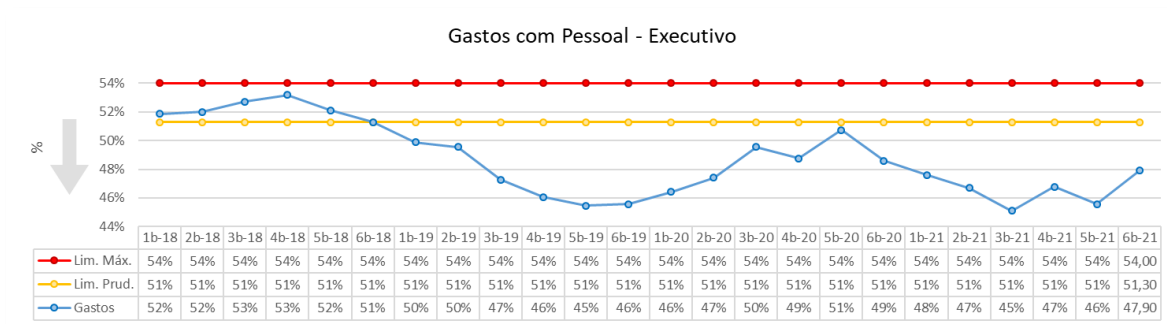
Nas informações consolidadas, o índice ficou 11,25% abaixo do limite máximo permitido. A título de informação o resultado deste bimestre ficou acima da média anual que foi de 47,58%.





No gráfico acima é possível verificar o comportamento percentual da evolução da RCL e dos Gastos Consolidados comparando com os períodos anteriores. No 1b-21 a RCL teve um aumento, com resultado de 1,6% e o gasto consolidado uma redução de 0,5%. No 2b-21 houve novamente um aumento bem representativo da RCL (2,7%) e o aumento com gastos foi de apenas 0,6%. No 3b-21 houve novamente um aumento na RCL (1,5%) e uma redução significativa nos gastos (-1,9%). No 4b-21 houve um pequeno aumento da RCL (0,2%) enquanto que o aumento com os gastos foi de 3,8%, o maior aumento dos últimos 4 bimestres. No 5b-21 houve um aumento de 4,5% na RCL, maior aumento do período em análise, enquanto a evolução dos gastos foi de 1,7%. No fechamento do exercício, ou seja, no 6b-21 houve uma queda de -2,7% na RCL enquanto os gastos tiveram um aumento de 2,1%, maior aumento da série em análise.

Apesar do resultado atual ser considerado benéfico para o alcance dos limites constitucionais, deve-se continuar monitorando os dados e tomar medidas, caso necessário, para que não ocorra novamente uma possível entrada no limite prudencial como ocorreu em um passado recente.



### Limite da Dívida Pública

De acordo com Resolução nº 40/2001, do SF, art. 1º, §1º, inciso V. a Dívida Consolidada Líquida é: a dívida pública consolidada deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros.

Possui como limite definido na mesma Resolução em seu Art. 3º: A dívida consolidada líquida dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, ao final do décimo quinto exercício financeiro contado a partir do encerramento do ano de publicação desta Resolução, não poderá exceder, respectivamente, a: ... II - no caso dos Municípios: a 1,2 (um inteiro e dois décimos) vezes a receita corrente líquida.

Valor Acumulado	1º Bim	2º Bim	3º Bim	4º Bim	5º Bim	6º Bim	Saldo em 31/12/2020
Dívida Consolidada	31.497.831	34.174.106	34.902.357	34.136.025	33.064.812	37.812.831	32.095.282
Deduções (Disp. de Caixa - Rest. Pag. Proces.)	86.863.806	97.131.874	88.902.798	112.632.017	118.855.245	112.030.879	56.281.814
Dívida Consolidada Líquida	-55.365.975	-62.957.767	-54.000.441	-78.495.992	-85.790.433	-74.218.047	-24.186.532

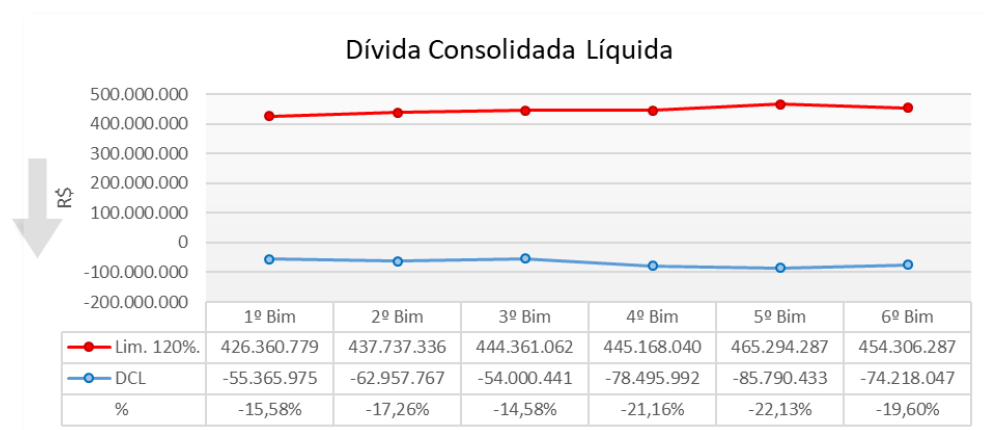
Receita Corrente Líquida Ajustada	355.300.649	364.781.114	370.300.885	370.973.367	387.745.239	378.588.572	349.876.777
-----------------------------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------

Limite Definido pelo Senado Federal (120% da RCL)	426.360.779	437.737.336	444.361.062	445.168.040	465.294.287	454.306.287	419.852.133
---	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------

% da DCL de Navegantes sobre a RCL	-15,58%	-17,26%	-14,58%	-21,16%	-22,13%	-19,60%	-6,91%
------------------------------------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	--------

Fonte: RGF Anexo 2

Observa-se na tabela acima, que o Município não atinge o limite da dívida pública definido pelo Senado Federal. O limite é consideravelmente alto e o endividamento municipal pode ser considerado baixo.



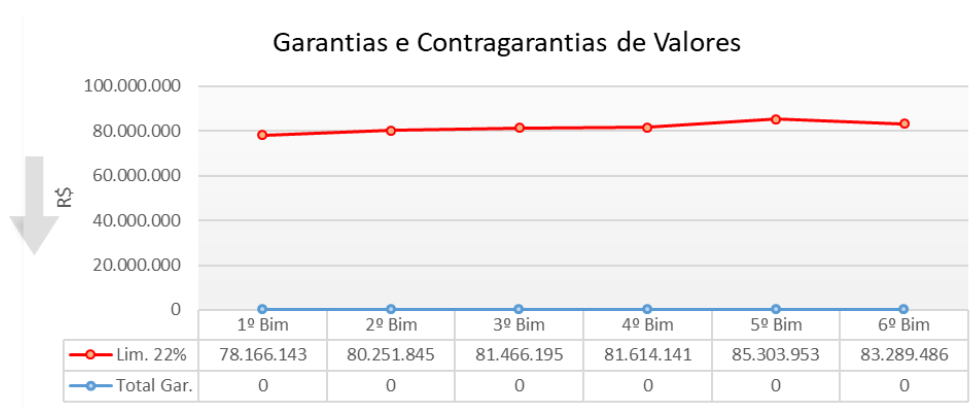
### Garantias e Contra Garantias de Valores

O Demonstrativo informa os valores das garantias concedidas pelo ente na contratação de operações de créditos pelos garantidos. Este demonstrativo visa a assegurar a transparência das garantias oferecidas a terceiros por Ente da Federação e verificar os limites de que trata a LRF, bem como das contra garantias vinculadas, decorrentes das operações de crédito internas e externas.

Valor Acumulado	1º Bim	2º Bim	3º Bim	4º Bim	5º Bim	6º Bim	Saldo em 31/12/2020
Receita Corrente Líquida Ajustada	355.300.649	364.781.114	370.300.885	370.973.367	387.745.239	378.588.572	349.876.777
Limite Definido pelo Senado Federal (22% da RCL)	78.166.143	80.251.845	81.466.195	81.614.141	85.303.953	83.289.486	76.972.891
Total de Garantias Concedidas pelo Município	0	0	0	0	0	0	0
% das Garantias de Navegantes sobre a RCL	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

Fonte: RGF Anexo 3

Conforme preconiza o Manual de Demonstrativos Fiscais da STN, o saldo global das garantias concedidas pelos Estados, DF e Municípios não poderá exceder a 22% (vinte e dois por cento) da RCL. Como até o momento não houve nenhuma garantia concedida não há nenhuma preocupação com relação ao não atendimento das diretrizes da LRF.



### Limite de Operações de Créditos

O demonstrativo visa a assegurar a transparência das operações de crédito contraídas pelo Ente da Federação e verificar os limites de que trata a LRF e as Resoluções do Senado Federal.

O Senado Federal estabeleceu o limite do montante global das operações de crédito dos entes da Federação, da seguinte forma: Para os estados, DF e municípios 16% da RCL em cada exercício financeiro.

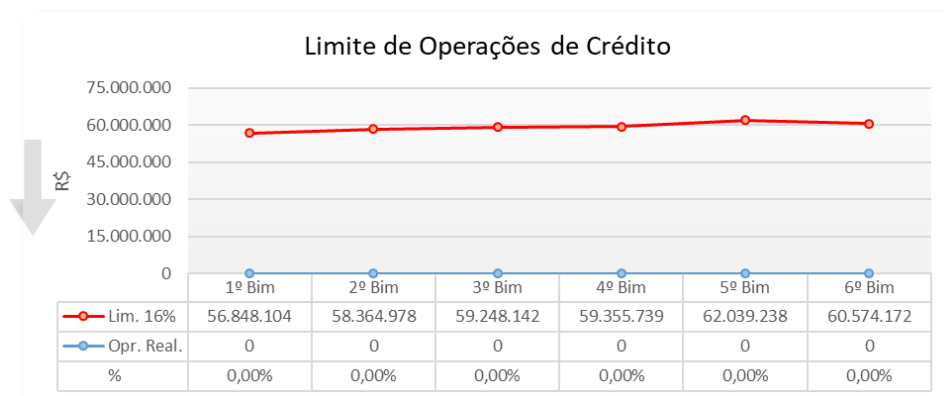
Valor Acumulado	1º Bim	2º Bim	3º Bim	4º Bim	5º Bim	6º Bim
Receita Corrente Líquida Ajustada	355.300.649	364.781.114	370.300.885	370.973.367	387.745.239	378.588.572
Limite Definido pelo Senado Federal (16% da RCL)	56.848.104	58.364.978	59.248.142	59.355.739	62.039.238	60.574.172

Total de Operações de Crédito realizadas	0	0	0	0	0	0
--	---	---	---	---	---	---

% das Opr. Crédito sobre o Limite Definido pelo Senado	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
--	-------	-------	-------	-------	-------	-------

Fonte: RGF Anexo 4

Observa-se nos demonstrativos acima que o Município de Navegantes está abaixo do limite permitido para as operações de crédito no período.



Demonstrativo das metas fiscais, bem como indicação das medidas adotadas para melhoria da gestão e equilíbrio fiscal e para retorno aos limites:

### Metas de Arrecadação

Receitas: Metas x Realizado	Acumulada	Acumulada	Diferença	%
	Meta	Receita	Receita - Meta	Receita ÷ Meta
<b>Receitas Correntes</b>	<b>326.763.200</b>	<b>396.433.594</b>	<b>69.670.394</b>	<b>121%</b>
Impostos, Taxas e Contr. de Melhoria	71.169.000	93.996.315	22.827.315	132%
Contribuições	14.715.000	23.061.124	8.346.124	157%
Receita Patrimonial	13.496.200	23.164.601	9.668.401	172%
Receita de Serviços	25.532.000	24.620.893	-911.107	96%
Transferências Correntes	197.578.000	227.201.105	29.623.105	115%
Outras Receitas Correntes	4.273.000	4.389.556	116.556	103%
<b>Receitas de Capital</b>	<b>10.838.800</b>	<b>12.398.366</b>	<b>1.559.566</b>	<b>114%</b>
Operações de Crédito	6.500.000	9.890.414	3.390.414	152%
Alienação de Bens	1.000	0	-1.000	0%
Transferências de Capital	4.337.800	2.507.952	-1.829.848	58%
<b>Receitas Intra-Orçamentárias Correntes</b>	<b>16.398.000</b>	<b>23.369.582</b>	<b>6.971.582</b>	<b>143%</b>
<b>TOTAL (Correntes + Capital)</b>	<b>337.602.000</b>	<b>408.831.960</b>	<b>71.229.960</b>	<b>121%</b>

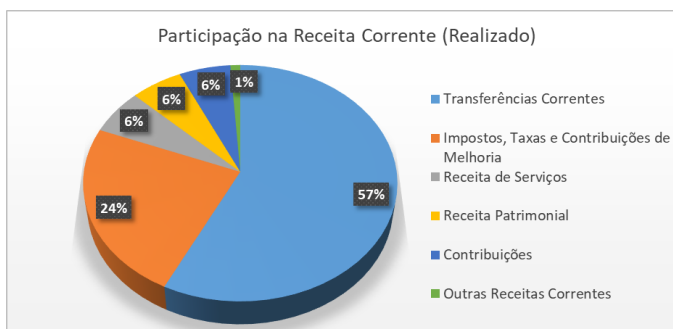
Fonte: RREO ANEXO 1 + Sistema SAPO: Metas de Arrecadação e Cronograma de Desembolso

Pode-se observar, pelo quadro acima, que no 6º bimestre do exercício de 2021, o Município atingiu as metas gerais de arrecadação definidas na Lei Orçamentária Anual, ficando com aproximadamente R\$ 71,230 milhões de superávit, o que representa 121% de atingimento da meta, esta análise leva em consideração apenas as categorias econômicas das receitas correntes e de capital, não fazendo parte do estudo as receitas intra-orçamentárias.

Desmembrando a análise pelas categorias econômicas, as “Receitas Correntes” estão superando a meta em 21%, as origens de recursos que estão acima da meta estipulada em destaque são “Receita Patrimonial” com 172% de atingimento da meta e as “Contribuições” com 157% de atingimento da meta. A única origem de recurso que ficou abaixo da meta estipulada foi a de “Receita de Serviços” com 96% de atingimento da meta.

Fazendo a análise apenas da categoria econômica “Receitas de Capital” o percentual de atingimento neste período ficou 14% acima da meta. Na origem de recurso “Operações de Crédito” alcançou-se 152% de atingimento da meta, na origem “Alienação de Bens” não houve nenhuma receita e em “Transferências de Capital” houve o atingimento de apenas 58% da meta estipulada, ou seja, muito abaixo do que foi previsto para o período em análise.

Conforme demonstrado no gráfico ao lado, as maiores fatias das receitas correntes são derivadas das “Transferências Correntes” seguida dos “Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria”, as duas juntas representam 81% de todas as receitas desta categoria.



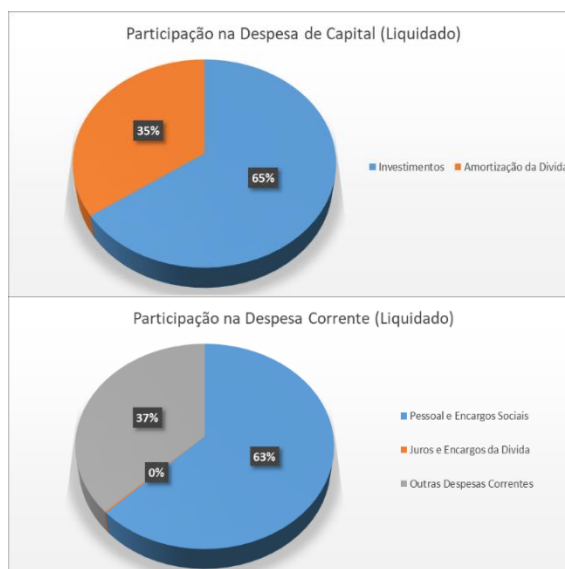
## Metas de Despesa

Despesas: Metas x Liquidado	Acumulada	Acumulada	Diferença	%
	Meta Atualizada	Liquidado	Liquid. - Meta	Liquid. ÷ Meta
<b>Despesas Correntes</b>	<b>325.972.111</b>	<b>290.855.848</b>	<b>-35.116.263</b>	<b>89,2%</b>
Pessoal e Encargos Sociais	185.838.888	182.361.649	-3.477.239	98,1%
Juros e Encargos da Dívida	551.100	551.011	-89	100,0%
Outras Despesas Correntes	139.582.123	107.943.188	-31.638.935	77,3%
<b>Despesas de Capital</b>	<b>55.029.330</b>	<b>12.872.330</b>	<b>-42.157.000</b>	<b>23,4%</b>
Investimentos	50.080.430	8.407.089	-41.673.341	16,8%
Amortização da Dívida	4.948.900	4.465.242	-483.658	90,2%
<b>Reserva de Contingência</b>	<b>1.200.000</b>	<b>0</b>	<b>-1.200.000</b>	<b>0,0%</b>
<b>Despesas Intra-Orçamentárias</b>	<b>27.836.823</b>	<b>23.374.708</b>	<b>-4.462.115</b>	<b>84,0%</b>
<b>Reserva de RPPS</b>	<b>22.210.000</b>	<b>0</b>	<b>-22.210.000</b>	<b>0,0%</b>
<b>TOTAL (Correntes + Capital)</b>	<b>381.001.441</b>	<b>303.728.179</b>	<b>-77.273.262</b>	<b>79,7%</b>
<b>TOTAL (Corrente + Capital + Reservas + Intra)</b>	<b>432.248.263</b>	<b>327.102.886</b>	<b>-82.935.377</b>	<b>75,7%</b>

Fonte: RREO ANEXO 1 + Sistema SAPO: Metas de Arrecadação e Cronograma de Desembolso

Conforme pode ser observado no quadro acima as despesas correntes e de capital estão abaixo da meta estipulada comparando com os valores liquidados. Os resultados totais das despesas ficaram cerca de R\$ 77,273 milhões abaixo da meta estipulada, alcançando um resultado de 79,7% de despesas realizadas versus gastos previstos, sob a ótica das despesas correntes e de capital. Na categoria econômica das “Despesas Correntes” o grupo de natureza de despesa “Pessoal e Encargos Sociais” apresentou um resultado de 98,1% de atingimento da meta, o que é positivo, uma vez que nesta análise os resultados acima de 100% são os que devem ser evitados, ficando com um valor despendido de R\$ 3,477 milhões abaixo do previsto. No grupo de natureza de despesa “Juros e Encargos da Dívida” houve o atingimento de 100% da meta, ou seja, o que foi planejado foi devidamente executado. Ao analisar o grupo de natureza de despesa “Outras Despesas Correntes” o resultado foi de 77,3%, o que é muito positivo do ponto de vista da meta, mas pode ser lido também como dificuldades de alocar recursos nas despesas municipais.

Já na categoria econômica “Despesas de Capital”, o grupo de natureza de despesa “Amortização da Dívida”, finalizou o exercício com o atingimento de 90,2% da meta. Já no grupo de natureza de despesa “Investimentos” encerrou o exercício com apenas 16,8% de atingimento da meta, o que pode levar a interpretação de que não estão sendo feitos investimentos no município ou estão sendo realizados de maneira muito lenta.





### Resultado Orçamentário (Corrente + Capital + Intra-Orçamentárias)

Receitas Realizadas até o 6º Bimestre (Incluindo Intra-Orçamentárias)	<b>R\$ 432.201.541,86</b>
--	---------------------------

Classificação	Empenhadas	Liquidadas
<b>Despesas Correntes</b>	<b>R\$ 312.784.220,48</b>	<b>R\$ 290.855.848,08</b>
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 182.362.497,48	R\$ 182.361.648,89
Juros e Encargos da Dívida	R\$ 551.011,36	R\$ 551.011,36
Outras Despesas Correntes	R\$ 129.870.711,64	R\$ 107.943.187,83

<b>Despesas de Capital</b>	<b>R\$ 28.999.094,78</b>	<b>R\$ 12.872.330,48</b>
Investimentos	R\$ 24.533.853,25	R\$ 8.407.088,95
Amortização da Dívida	R\$ 4.465.241,53	R\$ 4.465.241,53

<b>Reserva de Contingência</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>
--------------------------------	--------------	--------------

<b>Despesas Intra-Orçamentárias</b>	<b>R\$ 23.381.364,53</b>	<b>R\$ 23.374.707,56</b>
-------------------------------------	--------------------------	--------------------------

<b>Total Despesas</b>	<b>R\$ 365.164.679,79</b>	<b>R\$ 327.102.886,12</b>
-----------------------	---------------------------	---------------------------

<b>Resultado Orçamentário</b>	<b>R\$ 67.036.862,07</b>	<b>R\$ 105.098.655,74</b>
<b>% Comprometido da Receita</b>	<b>84%</b>	<b>76%</b>

Fonte: RREO ANEXO 1

O resultado orçamentário, ao final de um exercício financeiro, é representado subtraindo-se da Receita Arrecadada, as despesas empenhadas no referido exercício. No entanto, no decorrer do ano, deve ser avaliada/acompanhada tomando-se por base as despesas efetivamente realizadas (liquidadas), em virtude de empenhos dos tipos "Global" e "Estimativa". Pela visão das despesas liquidadas, alcançou-se neste 6º bimestre de 2021 um superávit orçamentário de R\$ 105,098 milhões resultando em um comprometimento de 76% da arrecadação do período. Pela visão das despesas empenhadas, o resultado alcançado também foi superavitário, em R\$ 67,036 milhões resultando em um comprometimento de 84% da arrecadação do período.

### Comparação entre as Receitas e Despesas (Corrente + Capital)

Receitas e Despesas (Valores Acumulados)	6º Bim/21
Receitas Correntes Prevista	326.763.200,00
Receitas de Capital Prevista	10.838.800,00
<b>Total Receitas Prevista</b>	<b>337.602.000,00</b>
Receitas Correntes Realizada	396.433.594,10
Receitas de Capital Realizada	12.398.365,95
<b>Total de Receitas Realizada</b>	<b>408.831.960,05</b>
% Receita Corrente Realizada / Prevista	121,3%
% Receita de Capital Realizada / Prevista	114,4%
<b>% Receita Total Realizada / Receita Total Prevista</b>	<b>121,1%</b>
Despesas Correntes Prevista	325.972.110,65
Despesas de Capital Prevista	55.029.330,25
<b>Total Despesas Prevista</b>	<b>381.001.440,90</b>
Despesas Correntes Liquidada	290.855.848,08
Despesas de Capital Liquidada	12.872.330,48
<b>Total de Despesas Liquidadas</b>	<b>303.728.178,56</b>
% Despesas Corrente Liquidada / Prevista	89,2%
% Despesa de Capital Liquidada / Prevista	23,4%
<b>% Despesa Total Liquidada / Despesa Total Prevista</b>	<b>79,7%</b>
% <b>Despesa Liquidadas / Receita Realizada</b>	<b>74,3%</b>
Meta	100,0%

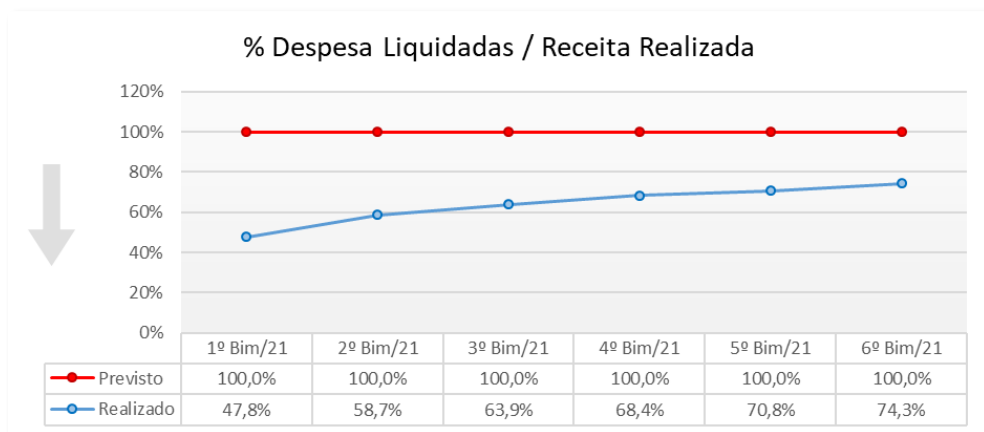
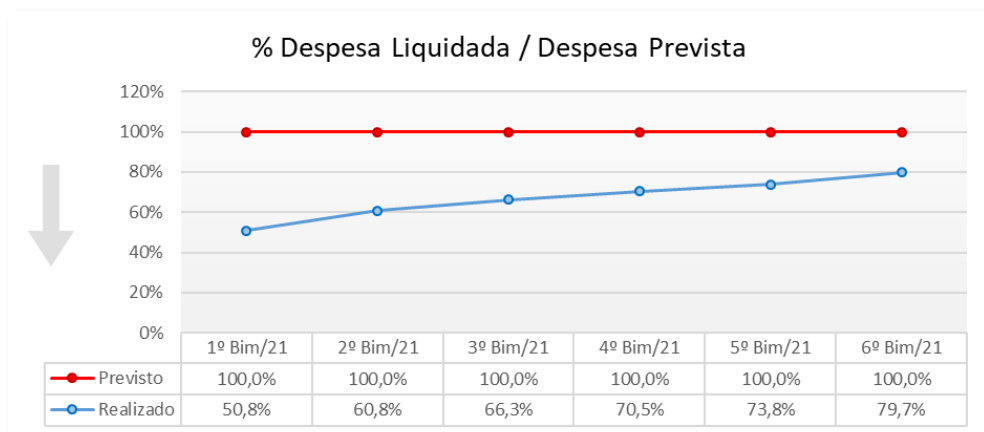
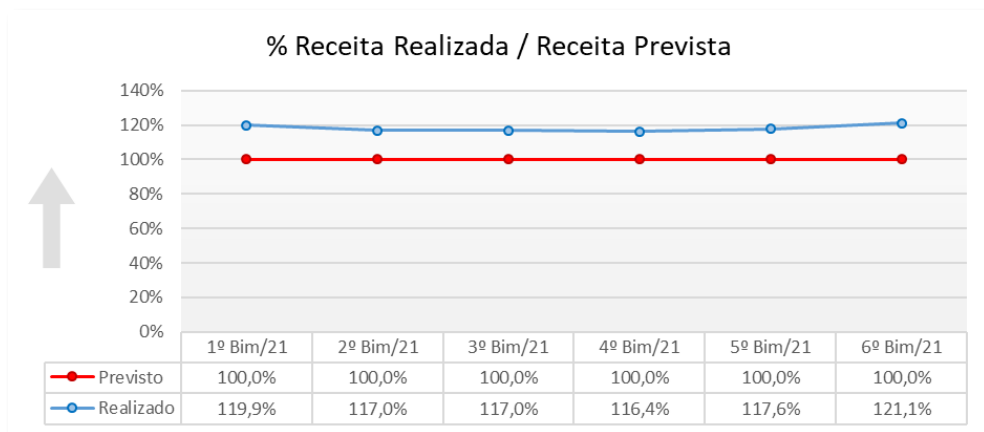
Fonte: RREO ANEXO 1 + Sistema SAPO: Metas de Arrecadação e Cronograma de Desembolso

Pelos dados acima apresentados, podemos concluir que para cada R\$ 1,00 de receita corrente prevista o Município arrecadou R\$ 1,21 e para cada R\$ 1,00 de receita de capital prevista o Município arrecadou R\$ 1,14. Analisando o total da receita arrecadada, constatamos que o Município arrecadou R\$ 1,21, para cada R\$ 1,00 que havia previsto, consequentemente está cumprindo o disposto no artigo 13, da Lei Complementar 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Analisando as despesas pelo mesmo critério, concluímos que para cada R\$ 1,00 de despesa corrente prevista o Município realizou, R\$ 0,89. Para cada R\$ 1,00 de despesa de capital prevista, o Município realizou R\$ 0,23. Com relação ao total de gastos efetuados pelo Município, concluímos que foram realizados R\$ 0,79 para cada R\$ 1,00 de despesas que havia previsto.

Do confronto entre o total de receita e despesas realizadas, concluímos que para cada R\$ 1,00 de receita arrecadada o município comprometeu com despesas a importância de apenas R\$ 0,74. Estes dados apontam para o fechamento com superávit orçamentário, cumprindo desta forma o artigo 48, alínea “b” da lei 4320/64 e o artigo primeiro, parágrafo primeiro da Lei Complementar 101/2000.

Para efeito desta análise não está sendo levado em consideração as informações de receitas e despesas intra-orçamentárias.



### Resultado Primário

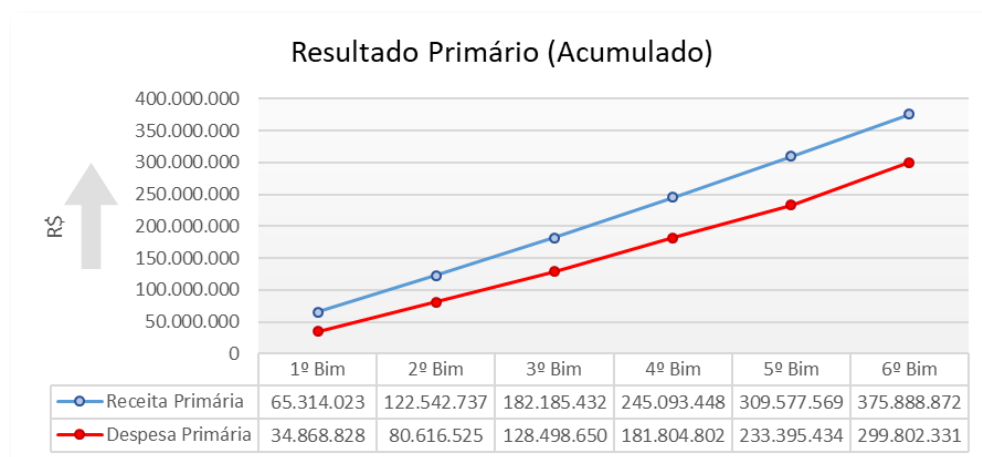
Valor Acumulado	1º Bim	2º Bim	3º Bim	4º Bim	5º Bim	6º Bim
Receita Primária	65.314.023	122.542.737	182.185.432	245.093.448	309.577.569	375.888.872
Despesa Primária	34.868.828	80.616.525	128.498.650	181.804.802	233.395.434	299.802.331

Resultado Primário	30.445.195	41.926.212	53.686.782	63.288.646	76.182.135	76.086.541
% Rec x Des	187%	152%	142%	135%	133%	125%
Meta	17.534.800	17.534.800	17.534.800	17.534.800	17.534.800	17.534.800

Fonte: RREO ANEXO 6

O resultado primário é um indicativo da capacidade dos governos em gerar receitas em volume suficiente para pagar suas contas usuais, sem que seja comprometida sua capacidade de administrar a dívida existente. De acordo com Manual de Demonstrativos Fiscais: Resultado primário representa a diferença entre as receitas e as despesas primárias (não-financeiras).

Neste contexto, podemos evidenciar que no 6º bimestre de 2021 o município teve um resultado primário superavitário no montante de aproximadamente R\$ 76,086 milhões, sendo que esta análise leva em conta as despesas pagas.



### Resultado Nominal

O resultado nominal é o conceito fiscal amplo e representa a diferença entre o fluxo agregado de receitas totais (inclusive de aplicações financeiras) e de despesas totais (inclusive despesas com juros), em determinado período. Essa diferença corresponde à Necessidade de Financiamento do Setor Público. De acordo com Manual de Demonstrativos Fiscais: O objetivo da apuração do Resultado Nominal é medir a evolução da Dívida Fiscal Líquida.

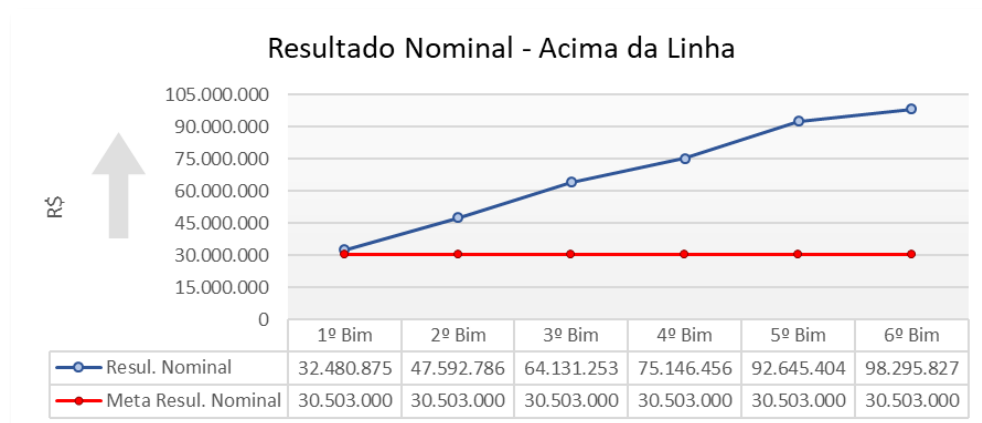
O critério apresentado primeiramente é chamado de “critério acima da linha”, é demonstrado a partir do cálculo dos resultados da diferença entre receitas e despesas e seu acompanhamento é realizado período a período.

#### Resultado Nominal - Acima da Linha

Valor Acumulado	1º Bim	2º Bim	3º Bim	4º Bim	5º Bim	6º Bim
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV)	30.445.195	41.926.212	53.686.782	63.288.646	76.182.135	76.086.541
(+) Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV)	2.159.659	5.934.581	10.899.530	12.408.822	17.014.280	23.052.674
(-) Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI)	123.979	268.007	455.059	551.011	551.011	843.388

RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII)	32.480.875	47.592.786	64.131.253	75.146.456	92.645.404	98.295.827
Meta Resultado Nominal - Acima da Linha	30.503.000	30.503.000	30.503.000	30.503.000	30.503.000	30.503.000

Fonte: RREO ANEXO 6



Pelos dados apresentados, o resultado alcançado no exercício se encontra acima da meta estipulada.

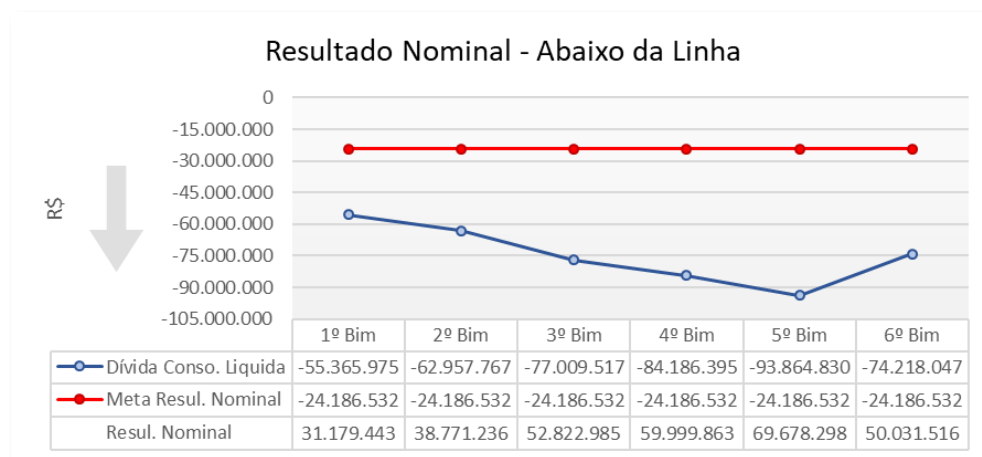
O segundo critério apresentado é outra forma de calcular o resultado nominal chamado de “critério abaixo da linha”, onde utiliza-se a variação da dívida líquida em comparação com o resultado do exercício anterior.

#### Resultado Nominal - Abaixo da Linha

Valor Acumulado	1º Bim	2º Bim	3º Bim	4º Bim	5º Bim	6º Bim	Saldo em 31/12/2020
Dívida Consolidada	31.497.831	34.174.106	34.902.357	34.136.025	33.064.812	37.812.831	32.095.282
Deduções (Disp. de Caixa - Rest. Pag. Proces.)	86.863.806	97.131.874	111.911.874	118.322.419	126.929.642	112.030.879	56.281.814
Dívida Consolidada Líquida	-55.365.975	-62.957.767	-77.009.517	-84.186.395	-93.864.830	-74.218.047	-24.186.532

RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII)	31.179.443	38.771.236	52.822.985	59.999.863	69.678.298	50.031.516
Meta Resultado Nominal - Abaixo da Linha	-24.186.532	-24.186.532	-24.186.532	-24.186.532	-24.186.532	-24.186.532

Fonte: RREO ANEXO 6



Pelos dados apresentados, o resultado deste exercício por este critério ficou negativo, o que é bom, e também abaixo da meta estipulada que é o resultado final do exercício anterior, o que também é bom, pois o valor alcançado neste período significa que a dívida diminuiu em comparação com o exercício anterior.

X – Avaliação do cumprimento dos limites constitucionais de aplicação em saúde, educação e FUNDEB, previstos nos arts. 198 e 212 da Constituição Federal e Art. 60 do ADCT:

#### Dos gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde:

A Lei Complementar nº 141/2012 regulamentou o § 3º do art. 198 da Constituição Federal ao dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde, onde em seu art. 7º informa que os Municípios aplicarão anualmente em ações e serviços públicos de saúde, no mínimo, 15% (quinze por cento) da arrecadação dos impostos.

Aplicação de 15% da Receita com Impostos com Saúde	1º Bim	2º Bim	3º Bim	4º Bim	5º Bim	6º Bim
Total das Despesas com *ASPS (XII) = (XI)	5.491.265	13.370.438	22.197.527	31.309.932	38.934.013	52.869.179
(XIII-XIV-XV) Total das deduções consideradas para fins de limite	0	0	0	0	0	0
(XVI) Total das despesas para efeito de cálculo	5.491.265	13.370.438	22.197.527	31.309.932	38.934.013	52.869.179
(III) Total das receitas com impostos (base de cálculo para a saúde)	43.041.648	75.997.479	109.927.159	144.534.251	179.159.000	214.509.255
Valor mínimo a ser aplicado (15% das receitas com impostos)	6.456.247	11.399.622	16.489.074	21.680.138	26.873.850	32.176.388
Valor acima/abaixo do percentual de 15% das receitas com impostos	-964.982	1.970.816	5.708.454	9.629.795	12.060.163	20.692.791
Percentual aplicado 2021	12,76	17,59	20,19	21,66	21,73	24,65
Percentual mínimo a ser aplicado 2021	15,00	15,00	15,00	15,00	15,00	15,00
Percentual aplicado acima/abaixo 2021	-2,24	2,59	5,19	6,66	6,73	9,65
Percentual aplicado 2017	13,01	18,06	20,22	22,17	22,68	24,20
Percentual aplicado 2018	15,05	20,13	21,82	23,63	24,38	25,03
Percentual aplicado 2019	15,47	21,17	23,69	24,16	24,43	26,20
Percentual aplicado 2020	12,45	21,26	25,82	27,03	26,18	26,30

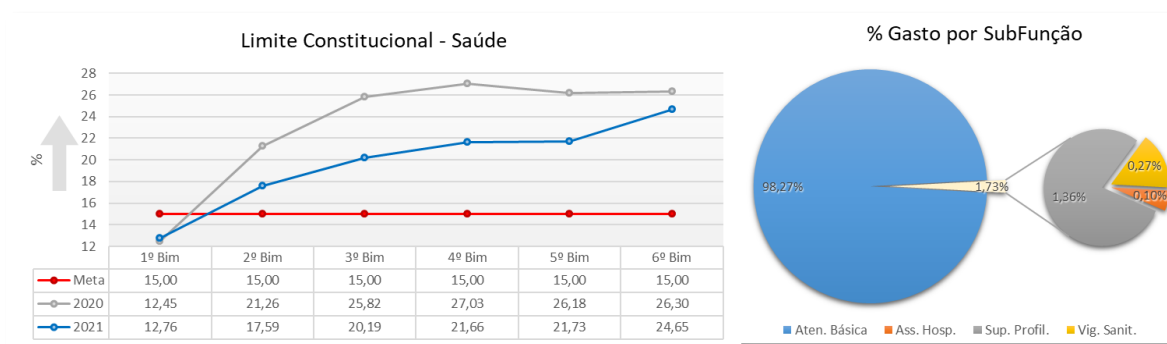
Fonte RREO ANEXO 12 / \*ASPS (Ações e Serviço Público de Saúde)

Como pode ser evidenciado nos dados acima apresentados, o Município aplicou de recursos próprios em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS), o montante de R\$ 52,869 milhões. Realizando a dedução dos valores que não são considerados para o cálculo do limite constitucional, o resultado foi de 24,65% de aplicação da receita proveniente de impostos no período. Desta forma, fica evidente que o Município ficou relativamente acima do limite constitucional de 15%, CUMPRINDO o disposto no Artigo 198,



da Constituição Federal, combinado com o Artigo 77, do ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Vale mencionar que para efeito do cálculo deste índice, nos cinco primeiros bimestres são utilizados os valores liquidados, e apenas no sexto bimestre é utilizado os valores empenhados.



De acordo com o gráfico acima, é possível verificar o comportamento atual do índice e também do seu histórico, onde no início dos exercícios este índice não é alcançado, mas no decorrer dos bimestres o percentual aumenta significativamente acima da meta e se mantém até o final do exercício.

### Dos gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE:

O Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE apresenta os recursos públicos destinados à educação, provenientes da receita resultante de impostos e das receitas vinculadas ao ensino, as despesas com a MDE por vinculação de receita, os acréscimos ou decréscimos nas transferências do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, o cumprimento dos limites constitucionais e outras informações para controle financeiro.

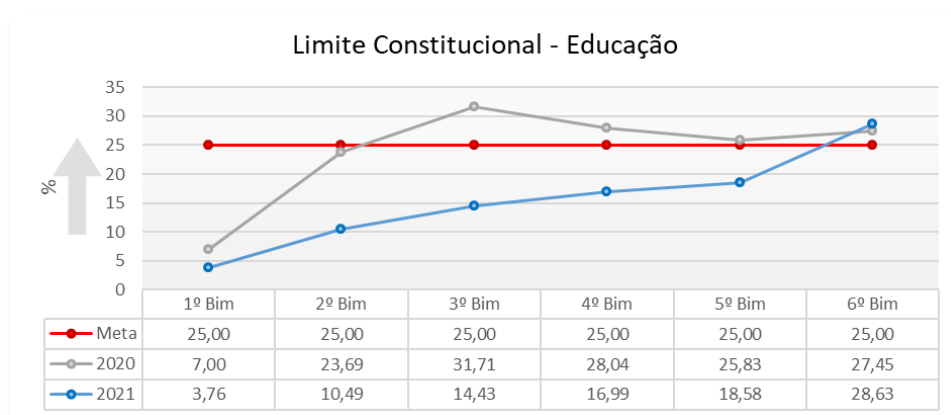
O Demonstrativo tem por objetivo demonstrar e avaliar o cumprimento dos limites mínimos de aplicação em MDE, do percentual da receita de impostos destinada ao FUNDEB, do limite mínimo de aplicação dos recursos do FUNDEB na remuneração do magistério da educação básica, bem como apresentar informações para fins de controle pelo governo e pela sociedade.

Aplicação de 25% da Receita de Impostos (art. 212 CF)	1º Bim	2º Bim	3º Bim	4º Bim	5º Bim	6º Bim
32 - Total das Despesas para Fins de Limite	1.619.805	7.982.900	15.879.008	24.875.397	33.631.204	62.497.845
3 - Total das Receitas com Impostos	43.098.442	76.115.194	110.076.905	146.398.121	181.026.520	218.315.333
Valor Mínimo a ser Aplicado (25% das Receitas com Impostos)	10.774.611	19.028.798	27.519.226	36.599.530	45.256.630	54.578.833
Valor Acima/Abaixo do Limite (25%)	-9.154.805	-11.045.898	-11.640.218	-11.724.133	-11.625.426	7.919.012
Percentual Aplicado 2021	3,76	10,49	14,43	16,99	18,58	28,63
Meta 2021	25,00	25,00	25,00	25,00	25,00	25,00
Percentual Aplicado 2017	10,28	13,57	21,38	24,28	24,12	27,06
Percentual Aplicado 2018	12,00	17,20	22,34	24,48	23,46	25,55
Percentual Aplicado 2019	6,57	14,91	17,86	21,22	21,69	27,96
Percentual Aplicado 2020	7,00	23,69	31,71	28,04	25,83	27,45

Fonte: RREO Anexo 8

Pelos dados apresentados acima, fica evidenciado que o Município ficou com o percentual de aplicação dos recursos neste sexto bimestre acima da meta. Com os dados deste bimestre, o Município conseguiu obter um resultado financeiro de R\$ 7,919 milhões acima da meta, o que resultou em uma aplicação

de 28,63% e com isso cumpriu o disposto no artigo 212 da Constituição Federal, que define a aplicação mínima de 25,00% da Receita resultante de Impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção do desenvolvimento do ensino.

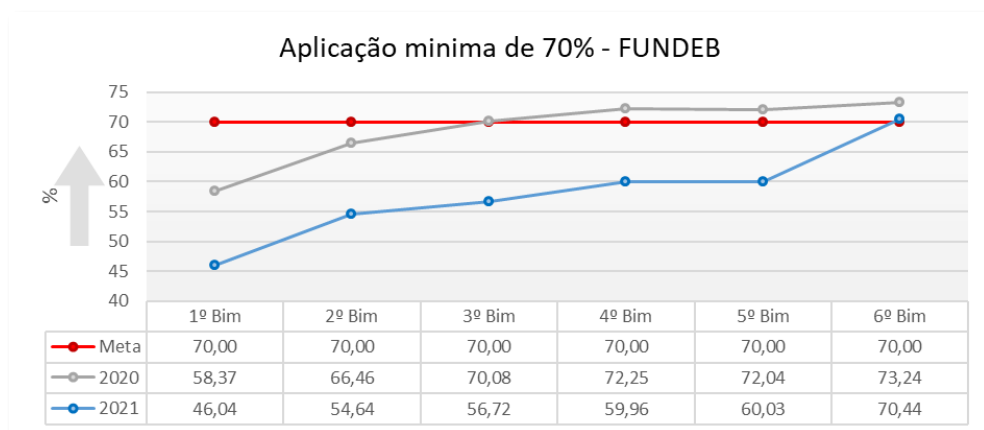


Este mesmo comportamento ocorreu no exercício do ano anterior, onde nos primeiros bimestres não foi alcançado a meta estabelecida, mas no decorrer do exercício o Município foi aumentando os investimentos nesta área e acabou superando a meta (limite mínimo) no final do ano. No entanto o resultado apresentado no quinto bimestre continuava muito abaixo comparado com o exercício anterior, mas em virtude dos investimentos realizados no último bimestre do ano foi possível maximizar significativamente o percentual de aplicação.

<b>Aplicação mínima de 70% dos recursos do FUNDEB (Art. 212-A, inciso XI e § 3º - CF/88)</b>	<b>1º Bim</b>	<b>2º Bim</b>	<b>3º Bim</b>	<b>4º Bim</b>	<b>5º Bim</b>	<b>6º Bim</b>
6 - Receitas Recebidas do FUNDEB	15.228.386	29.808.613	46.160.092	62.773.655	79.994.092	94.378.474
70% das Receitas Recebidas do FUNDEB	10.659.870	20.866.029	32.312.064	43.941.558	55.995.864	66.064.932
13- Total das Despesas do FUNDEB com Profis. da Edu. Básica	7.011.049	16.287.164	26.180.689	37.640.276	48.022.397	66.478.799
Valor +/- Aplicado da Rec. do FUNDEB c/ Profis. da Edu. Básica	-3.648.821	-4.578.865	-6.131.376	-6.301.283	-7.973.468	413.867
Percentual Aplicado 2021 (13/6)	46,04	54,64	56,72	59,96	60,03	70,44
Meta 2021	70,00	70,00	70,00	70,00	70,00	70,00
Percentual Aplicado 2017	77,42	81,84	85,75	85,71	79,30	76,51
Percentual Aplicado 2018	54,13	59,87	62,39	62,62	59,42	60,70
Percentual Aplicado 2019	46,02	51,18	53,25	57,41	59,26	64,12
Percentual Aplicado 2020	58,37	66,46	70,08	72,25	72,04	73,24

Fonte: RREO Anexo 8

Com relação as despesas do FUNDEB, conclui-se que pelos valores despendidos com profissionais da educação básica, o Município aplicou 70,44% do total de recursos disponíveis, ou seja, valor acima da meta que é de 70% conforme disposto no Artigo 212-a, inciso XI e §3º da CF/88.

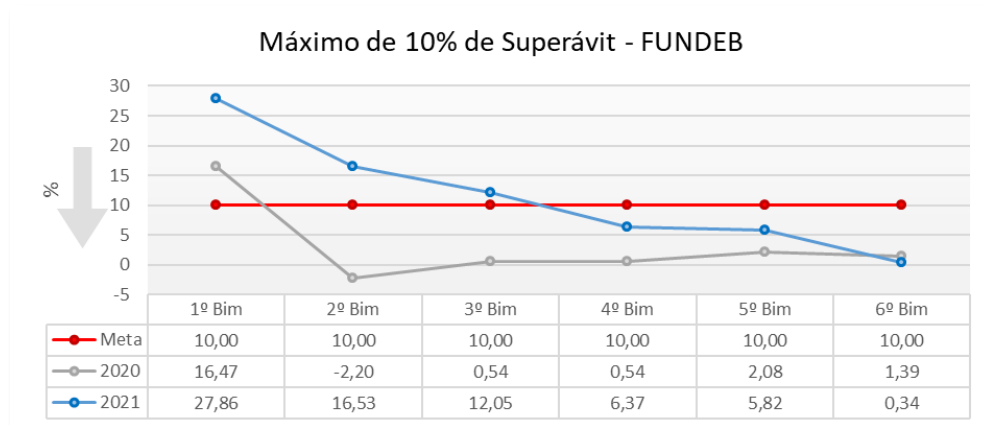


De acordo com o gráfico apresentado, é possível verificar o comportamento histórico deste índice, no entanto para o exercício de 2021, houve uma atualização na legislação e o índice subiu para 70% de aplicação mínima.

Máximo de 10% de Superávit (Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020)	1º Bim	2º Bim	3º Bim	4º Bim	5º Bim	6º Bim
9 - Total dos recursos do FUNDEB dispon. para utilização (6+8)	15.228.386	30.873.051	47.224.530	62.773.655	81.058.530	95.442.912
12 - Total das despesas com recursos do FUNDEB (10+11)	10.986.314	25.945.279	41.660.620	59.838.326	76.400.028	95.122.033
Valor não aplicado (n) (9-12)	4.242.071	4.927.772	5.563.910	3.999.767	4.658.502	320.880
Valor máximo permit. (10% de 6-Receitas Recebidas do FUNDEB)	1.522.839	2.980.861	4.616.009	6.277.365	7.999.409	9.437.847
Máximo de 10% não Aplicado no Exercício (Valor ñ aplicado / 6 - Rec. Recebidas)	27,86	16,53	12,05	6,37	5,82	0,34
Meta 2021	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00
Percentual Aplicado 2018	9,30	-0,49	-5,02	-5,66	-0,17	3,34
Percentual Aplicado 2019	22,16	21,85	15,95	3,58	4,83	1,36
Percentual Aplicado 2020	16,47	-2,20	0,54	0,54	2,08	1,39

Fonte: RREO Anexo 8

Com relação a não aplicação máxima de 10% dos recursos provenientes do FUNDEB, o resultado neste bimestre está abaixo do limite definido, com índice de não aplicação de 0,34%.



De acordo com o gráfico apresentado, é possível verificar o comportamento deste índice neste bimestre ficou abaixo da meta, o que é positivo. Vale ressaltar que este índice também sofreu alterações para 2021, onde foi alterado para um índice de 10% de não aplicação no exercício.

Historicamente no primeiro bimestre do exercício o resultado sempre fica muito distante da meta, mas a partir do 2º bimestre os resultados já eram atingidos e se mantinham até o final do exercício, com isto cumprindo o disposto no Art.25, § 3º da Lei nº 14.113, de 2020.

**XI - Informação sobre os valores anuais das despesas realizadas referentes a aquisições e contratações de bens e serviços, por modalidade de licitação, bem como as decorrentes de dispensas e inexigibilidades de licitação:**

Obs.: informação facultativa conforme disposto na Portaria nº N.TC-0016/2022.

**XII - Informação sobre o quantitativo de servidores efetivos na administração direta e indireta e em comissão não integrantes do quadro efetivo:**

Obs.: informação facultativa conforme disposto na Portaria nº N.TC-0016/2022.

**XIII - Informação sobre o quantitativo de contratações por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público (art. 37, IX, Constituição Federal), na administração direta e indireta, indicando as normas legais autorizativas, com indicação do valor anual;**

Obs.: informação facultativa conforme disposto na Portaria nº N.TC-0016/2022.

**XIV - Informação sobre o quantitativo de contratos de estágio com indicação dos valores mensal e anual;**

CONTRATOS DE ESTÁGIO													
MÊS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Quantidade	24	21	19	17	17	20	21	21	20	18	16	18	-
R\$	24.112	18.048	16.329	14.610	14.610	17.005	18.048	16.581	17.058	15.466	13.358	15.260	200.488

**XV - Informações referentes aos contratos de terceirização de mão de obra na administração direta e indireta, com detalhamento dos postos de trabalho, respectivas funções e valores mensal e anual;**

Obs.: informação facultativa conforme disposto na Portaria nº N.TC-0016/2022.

**XVI - Demonstrativo dos gastos com divulgação, publicidade e propaganda por meio de contratos de prestação de serviços dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal:**

Obs.: informação facultativa conforme disposto na Portaria nº N.TC-0016/2022.



**XVII - Relação de convênios com União e Estado realizados no exercício e os pendentes de recebimento, indicando o número do termo, data, valor acordado, valor repassado, valor a receber, respectivos restos a pagar inscritos em razão do convênio e demais informações pertinentes:**

ENTE FEDERATIVO	ORGÃO/ENTIDADE	NÚMERO DE EMENDAS	NÚMERO DE CONVENIO	DATA ASSINATURA	VALOR PREVISTO PARA O CONVENIO	VALOR PREVISTO PARA O EXERCÍCIO	VALOR RECEBIDO	VALOR A RECEBER	DESPESAS LIQUIDADAS	RESTOS A PAGAR DECORRENTES DO CONVENIO
Governo Estadual	Secretaria da Saúde	0149/2021		12/11/2021	150,000,00	150,000,00				
Governo Estadual	Secretaria da Saúde	0385/2021		12/11/2021	400,000,00	400,000,00				
Governo Estadual	Secretaria da Saúde	0937/2021		12/11/2021	200,000,00	200,000,00				
Governo Federal	Secretaria da Saúde	36000.4227312/02-100			150,000,00	150,000,00				
Governo Federal	Secretaria da Saúde	36000.4001242/02-100		16/07/2021	654,000,00	654,000,00				
Governo Federal	Secretaria da Saúde	11474.0800001/21-007		16/06/2021	300,000,00	300,000,00				
Governo Federal	Secretaria da Saúde	11474.0800001/21-008		04/06/2021	21,457,00	21,457,00				
Governo Federal	Secretaria da Saúde	36000.3857962/02-100		11/06/2021	299,918,00	299,918,00				
Governo Federal	Secretaria da Saúde	11474.0800001/21-006		15/08/2021	249,321,00	249,321,00				
Governo Federal	Secretaria da Saúde	11474.0800001/21-005		02/06/2021	178,452,00	178,452,00				
Governo Federal	Secretaria da Saúde	36000.3792482/02-100		04/06/2021	300,000,00	300,000,00				
Governo Federal	Ministério da Cidadania	873976/2018		28/08/2018	378,911,09	378,911,09	378,911,09		173,681,78	205,229,31
Governo Federal	Ministério do Turismo	871967/2018		26/12/2018	818,072,79	166,644,22	166,644,22		350,661,02	467,411,77
Governo Federal	Ministério do Desenvolvimento Regional	866619/2018		16/05/2018	253,018,70	253,018,70	89,142,86		164,003,53	
Governo Federal	Ministério do Desenvolvimento Regional	866581/2018		16/05/2018	448,963,75	448,963,75	254,476,19		282,502,30	
Governo Estadual	CBMSC	SCC 00015173/2021		21/10/2021	936,790,27					
Governo Estadual	CBMSC	SCC 00019966/2021		17/11/2021	300,000,00					
Governo Estadual	FESPORTE	FESPORTE 0740/2021		22/11/2021	150,000,00					
Governo Estadual	SED	SCC 00020127/2021		22/11/2021	200,000,00					
Governo Estadual	SAR	SAR 4293/2021		23/11/2021	411,660,60					
Governo Estadual	SAR	SAR 4292/2021		23/11/2021	314,623,07					
Governo Estadual	SIE-Secretaria de Estado da infraestrutura e Mobilidade	SSC 0024704/2021		29/12/2021	809,295,29					
Governo Estadual	SIE-Secretaria de Estado da infraestrutura e Mobilidade	SSC 00024706/2021		29/12/2021	1,431,139,81					
Governo Estadual	SIE-Secretaria de Estado da infraestrutura e Mobilidade	SSC 00024710/2021		29/12/2021	2.229.998,58					
Governo Estadual	SAR	SCC 00024421/2021		29/12/2021	250,000,00					
Governo Estadual	FESPORTE	SCC 00020106/2021		29/12/2021	100,000,00					
Governo Estadual	Secretaria de Estado de Saúde		2020TR00427	09/03/2020	200,000,00	200,000,00	200,000,00	200,000,00		
Governo Estadual	Secretaria de Estado de Saúde		2020TR00431	13/03/2020	200,000,00	200,000,00	200,000,00	200,000,00		
Governo Estadual	Secretaria de Estado de Saúde		2020TR00529	11/03/2021	104,184,42	104,184,42	104,184,42	104,184,42		
Governo Estadual	Secretaria de Estado de Saúde		2020TR00541	150,000,00	150,000,00	150,000,00	150,000,00	150,000,00		



**XVIII - Relatório sobre eventos justificadores de situações de emergência ou calamidade pública, com os reflexos econômicos e sociais, bem como discriminação dos gastos extraordinários realizados pelo ente para atendimento específico ao evento, indicando número do empenho:**

Evento (A)	Número do Ato de Reconhecimento de Emergência ou Calamidade (B)	Período de Validade do Ato (C)	Despesa Extraordinária Empenhada no Exercício (D)	Exercício:	2021
				Despesa Extraordinária Liquidada no Exercício (E)	Número do Empenho (F)
PREVÊ A CONTINUIDADE DAS MEDIDAS DE COMBATE À CONTAMINAÇÃO PELO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	DECRETO Nº 3, DE 07 DE JANEIRO DE 2021	Pelo período de 14 dias, a partir de 07 de janeiro de 2021	0,00	0,00	***
PREVÊ A CONTINUIDADE DAS MEDIDAS DE COMBATE À CONTAMINAÇÃO PELO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	DECRETO Nº 19, DE 21 DE JANEIRO DE 2021	Pelo período de 14 dias a partir de 21 de janeiro de 2021	0,00	0,00	***
"ESTABELECE A JORNADA DE TRABALHO DOS SERVIDORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, SECRETARIAS, FUNDOS, FUNDAÇÕES E O NAVEGANTESPREV, BEM COMO AS AÇÕES NECESSÁRIAS À CONTINUIDADE DAS MEDIDAS EM SAÚDE PÚBLICA PARA PREVENÇÃO, CONTENÇÃO E ENFRENTAMENTO DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19)".	DECRETO Nº 23, DE 28 DE JANEIRO DE 2021.	a partir do dia 01 de fevereiro de 2021.	0,00	0,00	***
ALTERA O § 4º E ACRESCENTA O § 7º NO ART. 1º DO DECRETO 23, DE 28 DE JANEIRO DE 2021.	DECRETO Nº 30, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2021	a partir do dia 01 de fevereiro de 2021.	0,00	0,00	***
PREVÊ A CONTINUIDADE DAS MEDIDAS DE COMBATE À CONTAMINAÇÃO PELO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	DECRETO Nº 32, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2021	Pelo período de 14 dias a partir de 04 de FEVEREIRO de 2021	0,00	0,00	***
PREVÊ A CONTINUIDADE DAS MEDIDAS DE COMBATE À CONTAMINAÇÃO PELO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	DECRETO Nº 37, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021	Pelo período de 14 dias a partir de 17 de FEVEREIRO de 2021	0,00	0,00	***
PRORROGA OS EFEITOS DO DECRETO 197 DE 11 DE SETEMBRO DE 2020, QUE PRORROGOU OS EFEITOS DO DECRETO nº 51 DE 18 DE MARÇO DE 2020, QUE DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, EM FUNÇÃO DO RISCO DE SURTO DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS - COBRADE 1.51.1.1.0 - Doenças infecciosas virais.	DECRETO Nº 49, DE 09 DE MARÇO DE 2021	prorrogados até 30 de junho de 2021	0,00	0,00	***
PREVÊ A CONTINUIDADE DAS MEDIDAS DE COMBATE À CONTAMINAÇÃO PELO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	DECRETO Nº 136, DE 25 DE JUNHO DE 2021	Enquanto durar os efeitos do Decreto Estadual	0,00	0,00	***

**XIX - Manifestação sobre as providências adotadas pelo Poder Público municipal em relação às ressalvas e recomendações do Tribunal de Contas emitidas nos pareceres prévios dos três exercícios anteriores:**

Exercício:	2018
Processo:	PCP 19/00224850
Administrador:	Emílio Vieira
<b>Ressalva ou recomendação</b>	<b>Providências adotadas</b>
2.1. Adote providências quanto às irregularidades apontadas nos itens 9.1.1 a 9.1.3 da conclusão do Relatório DGO n. 81/2019 e evite a ocorrência de outras semelhantes;  9.1.1 Ausência de remessa do Parecer do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, em desacordo com o	Os apontamentos já foram encaminhados aos setores competentes e as situações apontadas já foram imediatamente corrigidas. Quanto ao atraso nas prestações de contas, o problema ocorrido derivou de diversos fatores, porém o Município vem adotando algumas ações de forma a evitar que isto se repita.



<p>artigo 27, da Lei nº 11.494/07 c/c artigo 7º, III da Instrução Normativa N.TC-20/2015 (item 6.1).</p> <p>9.1.2 Contabilização de Receita Corrente de origem das emendas parlamentares individuais, no montante de R\$ 1.050.000,00, em desacordo com a Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001 e alterações posteriores c/c art. 85 da Lei n.º 4.320/64 (item 3.3 e Anexo 10 às fls. 95 a 105).</p> <p>9.1.3 Atraso na remessa da Prestação de Contas do Prefeito, caracterizando afronta ao artigo 51 da Lei Complementar n.º 202/2000 c/c o artigo 7º da Instrução Normativa nº TC – 20/2015 (folhas 2 a 4).</p>	
<p>2.2. Efetue as adequações necessárias ao cumprimento de todos os aspectos avaliados no presente exercício quanto às políticas públicas municipais, bem como observe no Portal da Transparência as informações constantes no item IV.4.1 do Relatório da Relatora;</p>	<p>O Portal da Transparência do Município foi completamente reestruturado de forma a possibilitar todas as formas possíveis de o cidadão encontrar a informação desejada. Além disso, foram disponibilizados tutoriais de uso para a otimização de uso dos recursos do Portal por parte dos usuários.</p>
<p>2.3. Atente para a necessidade de contribuir no processo de implementação da Agenda 2030, adotando medidas efetivas para o mapeamento e a vinculação dos programas governamentais contidos nas leis orçamentárias (PPA, LDO e LOA) às metas dos ODS, observando os indicadores já disponibilizados pelo Instituto de Pesquisas de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), bem como as diretrizes orientativas dispostas no “Guia para localização dos objetivos de desenvolvimento sustentável nos municípios brasileiros”, elaborado pela Confederação Nacional de Municípios (CNM) item IV.3.1 do Relatório da Relatora;</p>	<p>Recomendação encaminhada aos setores competentes para a adoção de providências. Atualmente a gestão dispõe de um diagnóstico mais aprofundado que foi utilizado na construção do novo PPA.</p>
<p>2.4. Formule os instrumentos de planejamento e orçamento público competentes – o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) – de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias do Plano Nacional de Educação (PNE) e com o Plano Municipal de Educação (PME), a fim de viabilizar sua plena execução e cumprir o preconizado no art. 10 da Lei n. 13.005/2014 - Plano Nacional de Educação (PNE) - (itens 8.2 do Relatório DGO e IV.3.4 do Relatório da Relatora);</p>	<p>Recomendação encaminhada aos setores competentes para a adoção de providências. A situação foi considerada na elaboração do novo PPA.</p>
<p>2.5. após o trânsito em julgado, divulgue a prestação de contas em análise e o respectivo parecer prévio, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, conforme estabelece o art. 48 da Lei Complementar n. 101/2000 – LRF.</p>	<p>O Município publica anualmente as prestações de contas e o respectivo parecer prévio em sua página de transparência (<a href="https://www.navegantes.sc.gov.br/parecerpreviotce">https://www.navegantes.sc.gov.br/parecerpreviotce</a>).</p>
<p>3. Recomenda ao Setor Contábil do Município que proceda às correções necessárias com relação à contabilização das emendas parlamentares individuais e evite a ocorrência de situações semelhantes (item 9.1.2 do Relatório DGO).</p>	<p>A recomendação já foi encaminhada ao setor competente e a situação apontada já foi imediatamente corrigida.</p>
<p>4. Recomenda aos Conselhos Municipais que façam constar nos pareceres informações que os fundamentem, em especial sobre o volume de recursos aplicados; as principais ações executadas ou não realizadas; os problemas detectados; assim como as boas práticas implementadas nas respectivas áreas de atuação de cada conselho (item IV.4.2 do Relatório da Relatora).</p>	<p>Recomendação encaminhada aos referidos conselhos municipais para a adoção de providências, sendo que nas contas de 2019 e subsequentes, os conselhos já se adequaram à recomendação.</p>
<p>5. Recomenda à Egrégia Câmara Municipal que utilize as informações constantes nestes autos como instrumento para subsidiar as discussões do orçamento e do desempenho geral do Governo e dos programas governamentais, assim como para adotar, tempestivamente, as medidas legais e as providências na sua esfera de competência, em especial no que se refere à implementação das políticas públicas;</p>	<p>A Câmara Municipal de Vereadores foi cientificada da recomendação para a adoção de providências.</p>
<p>6. Solicita à Egrégia Câmara de Vereadores que comunique a esta Corte de Contas o resultado do julgamento das presentes contas anuais, conforme prescreve o art. 59 da Lei Complementar (estadual) n. 202/2000, com a remessa de cópia do ato respectivo e da ata da sessão de julgamento da Câmara.</p>	<p>As contas anuais do Município relativas ao exercício financeiro de 2018 foram aprovadas por meio de Decreto legislativo nº 9/2020, de 14 de dezembro de 2020, e o Legislativo já foi cientificado da solicitação, conforme prescreve o art. 59 da LC Estadual nº 202/2000.</p>

<b>Exercício:</b>	<b>2019</b>
<b>Processo:</b>	<b>PCP 20/00089784</b>
<b>Administrador:</b>	<b>Emílio Vieira</b>
<b>Ressalva ou recomendação</b>	<b>Providências adotadas</b>
<p>1.1.1. Recomendar à Prefeitura Municipal de Navegantes que com o envolvimento e responsabilização do órgão de controle interno, adote providências com vistas a prevenir a ocorrência de nova</p>	<p>Recomendação encaminhada aos setores competentes para as devidas providências.</p>

irregularidade da mesma natureza da registrada no item 9.2.1 do Relatório DGO;	
1.1.2. Recomendar à Prefeitura Municipal de Navegantes que formule os instrumentos de planejamento e orçamento Público competentes (Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA) de maneira que seja assegurada a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com a diretrizes, metas e estratégias do Plano Nacional de Educação (PNE) e com o Plano Municipal de Educação (PME), a fim de viabilizar sua plena execução e cumprir o preconizado no art. 10 da Lei n. 13.005/2014 (PNE);	Recomendação encaminhada aos setores competentes para a adoção de providências. A situação foi considerada na elaboração do novo PPA.
1.1.3. Recomendar à Prefeitura Municipal de Navegantes que atente para o cumprimento da Instrução Normativa n. TC-0020/2015, na apresentação das contas de gestão relativas ao exercício de 2020 (a ser apresentada em 2021), especialmente no que se refere ao inciso XVIII do Anexo II, referente às despesas relativas ao enfrentamento da pandemia de COVID-19;	Os dados já contam do Item XVIII do presente Relatório, nos termos da IN n. TC-20/2015.
1.2. Recomendar ao Município de Navegantes que adote os procedimentos necessários para revisão do Plano Diretor, objetivando atender às determinações do § 3º do art. 40 da Lei n. 10.257/01 (Estatuto da Cidade).	Foi contratada no final de 2021 a Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB para a realização dos estudos de revisão do Plano de Diretor, que atualmente encontra-se em andamento.
2. Alerta a Prefeitura Municipal de Navegantes que, com o envolvimento e responsabilização do órgão de controle interno, observe as recomendações, determinação, solicitações e ciência constantes dos itens I a III da Conclusão do Relatório DGO.	Recomendação encaminhada aos setores competentes para a adoção de providências.
3. Recomenda ao Município de Navegantes que, após o trânsito em julgado, divulgue esta prestação de contas e o respectivo parecer prévio, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, conforme estabelece o art. 48 da Lei Complementar n. 101/2000 – LRF.	O Município publica anualmente as prestações de contas e o respectivo parecer prévio em sua página de transparência ( <a href="https://www.navegantes.sc.gov.br/parecerpreviotce">https://www.navegantes.sc.gov.br/parecerpreviotce</a> ).
4. Solicita à egrégia Câmara de Vereadores que comunique a esta Corte de Contas o resultado do julgamento das presentes contas anuais, conforme prescreve o art. 59 da Lei Complementar (estadual) n. 202/2000, com a remessa de cópia do ato respectivo e da ata da sessão de julgamento da Câmara.	As contas anuais do Município relativas ao exercício financeiro de 2019 foram aprovadas por meio de Decreto legislativo nº 10/2020, de 14 de dezembro de 2020, e o Legislativo já foi cientificado da solicitação, conforme prescreve o art. 59 da LC Estadual nº 202/2000.

<b>Exercício:</b>	<b>2020</b>
<b>Processo:</b>	<b>PCP 21/00150639</b>
<b>Administrador:</b>	<b>Emílio Vieira</b>
<b>Ressalva ou recomendação</b>	<b>Providências adotadas</b>
1.2.1. observe atentamente as disposições do Anexo II da Instrução Normativa n. TC-0020/2015, especialmente no que se refere ao inciso XVIII, diante do prosseguimento do cenário de pandemia de COVID-19;	Recomendação encaminhada aos setores competentes para a adoção de providências.
1.2.2. adote os procedimentos necessários ao cumprimento de todos os aspectos avaliados no presente exercício quanto às políticas públicas municipais;	Recomendação encaminhada aos setores competentes para a adoção de providências.
1.2.3. adote providências tendentes a garantir a remessa do balanço anual - Prestação de Contas do Prefeito, nos termos do artigo 51 da Lei Complementar n.º 202/2000 c/c o artigo 7º da Instrução Normativa nº TC – 20/2015;	Recomendação encaminhada aos setores competentes para a adoção de providências.
1.2.4. adote providências para que os pareceres dos Conselhos Municipais (art. 7º, inciso II, e parágrafo único, da Instrução Normativa nº TC- 020/2015) contenham a nominata dos membros do Conselho, quais órgãos ou entidades representam, quem participou da sessão de apreciação das contas, quais os motivos de eventuais ausências, qual o resultado da votação, contenham a assinatura de todos os membros presentes da sessão, com identificação das pessoas nas respectivas assinaturas, e a ata da sessão;	Recomendação encaminhada aos setores competentes para a adoção de providências.
1.2.5. adote providências tendentes a garantir o alcance da meta estabelecida para o atendimento da educação infantil na pré-escola, observando o disposto no Plano Municipal de Educação e na parte inicial da Meta 1 da Lei Federal nº 13.005/2014 (Plano Nacional de Educação – PNE);	Recomendação encaminhada aos setores competentes para a adoção de providências.
1.2.6. adote providências para evitar repetição de impropriedades na contabilização, como os relatados nos itens 11.2.1 e 11.2.2 do Relatório DGO nº 90/2021;	Recomendação encaminhada aos setores competentes para a adoção de providências.
1.2.7. adote providências para adequação do plano diretor, tendo em vista que o Município não possui plano diretor revisado, em dissonância ao art. 40, § 3º, da Lei n. 10.257/01;	Foi contratada no final de 2021 a Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB para a realização dos estudos de revisão do Plano de Diretor, que atualmente encontra-se em andamento.

**XX - Demonstrativo dos valores arrecadados decorrentes de decisões do Tribunal de Contas que imputaram débito a responsáveis, individualizados por título, com indicação das providências adotadas em relação aos títulos pendentes de execução para ressarcimento ao erário:**

Obs.: informação facultativa conforme disposto na Portaria nº N.TC-0016/2022.

**XXI – Avaliação sobre o cumprimento das Metas e Estratégias previstas na Lei (federal) nº 13.005/2014 (Plano Nacional de Educação – PNE) e no Plano Municipal de Educação (PME):**

META PME	NRO DO INDICADOR	DESCRIÇÃO DO INDICADOR	ATÉ	META PREVISTA	EXECUTADO	META ATENDIDA ?	FONTE
Meta 1. Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade. Atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste Plano.	1.A	Percentual da população de 4 e 5 anos que frequenta a escola	2016	100%	113,00%	Atendeu	Dados reais repassados pela equipe de Monitoramento e Avaliação do PME
	1.B	Percentual da população de 0 a 3 anos que frequenta a escola /creche.	2024	50%	49,00%	Não atendeu	Dados reais repassados pela equipe de Monitoramento e Avaliação do PME, ainda no prazo para atendimento a meta
Meta 02. Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos. Garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos conclua essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste Plano Municipal de Educação.	2.A	Percentual da população de 6 a 14 anos que frequenta a escola.	2024	100%	112,00%	Atendeu	Dados reais repassados pela equipe de Monitoramento e Avaliação do PME
	2.B	Percentual de pessoas de 16 anos com pelo menos o Ensino Fundamental concluído.	2024	95%	75,00%	Não atendeu	Dados reais repassados pela equipe de Monitoramento e Avaliação do PME, ainda no prazo para atendimento a meta
Meta 3. Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos. Elevar, até o final do período de vigência deste Plano Municipal de Educação, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).	3.A	Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta a escola.	2016	100%	94,00%	Não atendeu	Dados reais repassados pela equipe de Monitoramento e Avaliação do PME
	3.B	Taxa de escolarização líquida no Ensino Médio da população de 15 a 17 anos.	2024	85%	85,00%	Não atendeu	Dados reais repassados pela equipe de Monitoramento e Avaliação do PME, ainda no prazo para atendimento a meta
Meta 4. Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.	4.A	Percentual da população de 4 a 17 anos com deficiência que frequenta a escola.	2024	100%	100,00%	Atendeu	
	4.B	Percentual de matrículas em classes comuns do Ensino Regular e/ou EJA da Educação Básica de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.	2024	100%	100,00%	Atendeu	
Meta5. Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.	5.A	Estudantes com proficiência insuficiente em Leitura (nível 1 da escala de proficiência)	2024	100%	48,00%	Não atendeu	Dados reais repassados pela equipe de Monitoramento e Avaliação do PME, ainda no prazo para atendimento a meta
	5.B	Estudantes com proficiência insuficiente em Escrita (níveis 1, 2 e 3 da escala de proficiência)	2024	100%	75,00%	Não atendeu	Dados reais repassados pela equipe de Monitoramento e Avaliação do PME, ainda no prazo para atendimento a meta
	5.C	Estudantes com proficiência insuficiente em Matemática (níveis 1 e 2 da escala de proficiência)	2024	100%	48,00%	Não atendeu	Dados reais repassados pela equipe de Monitoramento e Avaliação do PME, ainda no prazo para atendimento a meta
Meta 6. Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 100% (cem por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) dos estudantes da educação básica.	6.A	Percentual de alunos da educação básica pública em tempo integral.	2024	25%			
	6.B	Percentual de escolas públicas com ao menos um aluno que permanece no mínimo 7 horas diárias em atividades escolares.	2024	50%	48,00%	Não atendeu	Dados reais repassados pela equipe de Monitoramento e Avaliação do PME, ainda no prazo para atendimento a meta
Meta 7. Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB.	7.A	Média do IDEB nos anos iniciais do ensino fundamental.	2024	6	nota 6.0	Atendeu	
	7.B	Média do IDEB nos anos finais do ensino fundamental.	2024	5,5	nota 4.8	Não atendeu	
	7.C	Média do IDEB do ensino médio.	2024	5,2	nota 5.2	Não ofertamos	
Meta 8. Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de	8.A	Escolaridade média da população de 18 a 29 anos de idade	2024	12 anos	12 anos	Atendeu	

vigência deste Plano Municipal de Educação, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.	8.B	Escolaridade média da população de 18 a 29 anos residente na área rural	2024	12 anos	12 anos	Não atendeu	Dados reais repassados pela equipe de Monitoramento e Avaliação do PME, ainda no prazo para atendimento a meta
	8.C	Escolaridade média da população de 18 a 29 anos entre os 25% mais pobres.	2024	12 anos	12 anos	Não atendeu	Dados reais repassados pela equipe de Monitoramento e Avaliação do PME, ainda no prazo para atendimento a meta
	8.D	Razão entre a escolaridade média de negros e não negros na faixa etária de 18 a 29 anos.	2024	100%	10,4 anos	Não atendeu	Dados reais repassados pela equipe de Monitoramento e Avaliação do PME, ainda no prazo para atendimento a meta
Meta 9. Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 96% (noventa e seis por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste Plano Municipal de Educação, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 60% (sessenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.	9.A	Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade.	2024	100%	98,00%	Não atendeu	Dados reais repassados pela equipe de Monitoramento e Avaliação do PME, ainda no prazo para atendimento a meta
	9.B	Taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais de idade.	2024	9,2%	9,50%	Não Atendeu	Dados reais repassados pela equipe de Monitoramento e Avaliação do PME
Meta 10. Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.	10.A	Percentual de matrículas de Educação de Jovens e Adultos na forma integrada à Educação Profissional.	2024	25%	0,00%	Não Atendeu	Dados reais repassados pela equipe de Monitoramento e Avaliação do PME, ainda no prazo para atendimento a meta
Meta 11. Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.	11.C	Total de escolas que ofertam educação profissional de Ensino Médio no Município de Navegantes	2024	50%		Não ofertamos	
Meta 12. Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.	12.A	Taxa bruta de matrículas na educação superior.	2024	50%		Não ofertamos	
	12.B	Taxa líquida de escolarização ajustada na educação superior.	2024	33%		Não ofertamos	
Meta 13. Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.	13.A	Percentual de docentes com Mestrado ou Doutorado na Educação Superior.	2024	75%		Não ofertamos	
	13.B	Percentual de docentes com Doutorado na Educação Superior.	2024	35%		Não ofertamos	
Meta 14. Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.	14.A	Número de títulos de mestrado concedidos por ano.	2024	1.000		Não ofertamos	
	14.B	Número de títulos de doutorado concedidos por ano.	2024	150		Não ofertamos	
Meta 15. Garantir, em regime de colaboração entre a União, o Estado de Santa Catarina e o Município de Navegantes, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste Plano Municipal de Educação, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurando que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.	15.A	Proporção de docências com professores que possuem formação superior compatível com a área de conhecimento que lecionam na Educação Básica.	2024	100%	87,00%	Não atendeu	Dados reais repassados pela equipe de Monitoramento e Avaliação do PME, ainda no prazo para atendimento a meta
Meta 16. Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste Plano Municipal de Educação, e garantir a todos os profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.	16.A	Percentual de Professores da Educação Básica com pós - graduação lato sensu ou stricto sensu na rede municipal	2024	50%	87,00%	Atendeu	
	16.B	Percentual de Professores da Educação Básica com pós - graduação lato sensu ou stricto sensu na rede Estadual	2024	100%		Não ofertamos	
	16.C	Percentual de Professores da Educação Básica com pós - graduação lato sensu ou stricto sensu na rede Privada	2024	50%		Não ofertamos	
	16.D	Percentual de docentes que participam de formação continuada.	2024	100%	100,00%	Atendeu	
Meta 17. Valorizar os profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste Plano Municipal de Educação.	17.A	Aplicação do limite mínimo de 60% - remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício na rede municipal.	2024	60%	85,00%	Atendeu	
	17.B	Aplicação do limite mínimo de 60% - remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício na rede estadual	2024	60%		Não ofertamos	

Meta 18. Assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de Carreira para os profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.	18.A	Valor absoluto do piso na classe inicial da carreira do magistério no plano de carreira na rede municipal de ensino.	2024	100%	100,00%	Atendeu	
	18.B	Valor absoluto do piso na classe inicial da carreira do magistério no plano de carreira na rede estadual de ensino.	2024	100%		Não ofertamos	
Meta 19. Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.	19.A	Nível 1 - Percentual das escolas municipais que, em geral, possuem porte inferior a 50 matrículas, funcionam em único turno, ofertam uma única etapa de ensino e apresentam a Educação Infantil ou os Anos Iniciais como etapa mais elevada.	2024	100%		Não ofertamos	
	19.B	Nível 1 - Percentual das escolas estaduais que, em geral, possuem porte inferior a 50 matrículas, funcionam em único turno, ofertam uma única etapa de ensino e apresentam a Educação Infantil ou os Anos Iniciais como etapa mais elevada.	2024	100%		Não ofertamos	
	19.C	Nível 2 - Percentual das escolas municipais que, em geral, possuem porte entre 50 e 300 matrículas, funcionam em 2 turnos, com oferta de até 2 etapas de ensino e apresentam a Educação Infantil ou os Anos Iniciais como etapa mais elevada.	2024	-			
	19.D	Nível 2 - Percentual das escolas estaduais que, em geral, possuem porte entre 50 e 300 matrículas, funcionam em 2 turnos, com oferta de até 2 etapas de ensino e apresentam a Educação Infantil ou os Anos Iniciais como etapa mais elevada.	2024	-			
	19.E	Nível 3 - Percentual das escolas municipais que, em geral, possuem porte entre 50 e 500 matrículas, funcionam em 2 turnos, com oferta de 2 ou 3 etapas de ensino e apresentam os Anos Finais como etapa mais elevada.	2024	-			
	19.F	Nível 3 - Percentual das escolas estaduais que, em geral, possuem porte entre 50 e 500 matrículas, funcionam em 2 turnos, com oferta de 2 ou 3 etapas de ensino e apresentam os Anos Finais como etapa mais elevada.	2024	-			
	19.G	Nível 4 - Percentual escolas municipais que, em geral, possuem porte entre 150 e 1000 matrículas, funcionam em 2 ou 3 turnos, com oferta de 2 ou 3 etapas de ensino e apresentam o Ensino Médio, a Educação Profissional ou a EJA como etapa mais elevada.	2024	-			
	19.H	Nível 4 - Percentual escolas estaduais que, em geral, possuem porte entre 150 e 1000 matrículas, funcionam em 2 ou 3 turnos, com oferta de 2 ou 3 etapas de ensino e apresentam o Ensino Médio, a Educação Profissional ou a EJA como etapa mais elevada.	2024	-			
	19.I	Nível 5 - Percentual das escolas municipais que, em geral, possuem porte entre 150 e 1000 matrículas, funcionam em 3 turnos, com oferta de 2 ou 3 etapas de ensino e apresentam a EJA como etapa mais elevada.	2024	-			
	19.J	Nível 5 - Percentual das escolas estaduais que, em geral, possuem porte entre 150 e 1000 matrículas, funcionam em 3	2024	-			



Meta 20. Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto – PIB do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.		turnos, com oferta de 2 ou 3 etapas de ensino e apresentam a EJA como etapa mais elevada.					
	19.K	Nível 6 - Percentual das Escolas municipais que, em geral, possuem porte superior a 500 matrículas, funcionam em 3 turnos, com oferta de 4 ou mais etapas de ensino e apresentam a EJA como etapa mais elevada.	2024	-			
	19.L	Nível 6 - Percentual das Escolas estaduais que, em geral, possuem porte superior a 500 matrículas, funcionam em 3 turnos, com oferta de 4 ou mais etapas de ensino e apresentam a EJA como etapa mais elevada.	2024	-			
	20.A	Percentual do limite constitucional na educação na rede municipal	2024	25%	25,00%	Atendeu	
	20.B	Percentual do limite constitucional na educação na rede Estadual	2024	25%	n/a	n/a	
	20.C	Aplicação do limite na rede municipal máximo de 40% - demais despesas com a manutenção e desenvolvimento do ensino.	2024	40%	40,00%	Atendeu	
	20.D	Aplicação do limite na rede estadual máximo de 40% - demais despesas com a manutenção e desenvolvimento do ensino.	2024	40%	n/a	n/a	

Fonte1: <https://leismunicipais.com.br/a1/sc/n/navegantes/lei-complementar/2015/25/245/lei-complementar-n-245-2015-aprova-o-plano-municipal-de-educacao-de-navegantes?q=245+de+17+de+junho+de+2015>

Fonte2: dados enviados durante a pesquisa bimestral do controle interno.

- O Plano Municipal de Educação estabeleceu diversos indicadores para avaliar o cumprimento das metas estabelecidas e, conseqüentemente, mensurar o atendimento aos objetivos propostos para a educação municipal em consonância com o Plano Nacional de Educação. Dos dados acima, é possível inferir que o Município cumpriu algumas metas ao mesmo tempo que descumpriu outras. A Secretaria Municipal de Educação, juntamente com o conselho e profissionais envolvidos estão trabalhando no sentido de atingir as metas estabelecidas no referido Plano, propondo mudanças e melhorias com o intuito de qualificar e universalizar cada vez mais o ensino público municipal. A análise/acompanhamento do Plano Municipal de Educação no ano de 2021 restou prejudicada por parte deste Órgão de Controle Interno em razão do não envio das informações parciais durante o exercício.

## XXII - Outras informações previamente solicitadas pelo Tribunal de Contas.

- Não foram solicitadas outras informações.

## XXIII – Conclusão

- Considerando os impactos da pandemia não apenas na população, mas também em todos os setores da administração municipal, incluindo o Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Município, o qual teve as suas atividades significativamente prejudicadas em 2020 com alguns reflexos ainda em 2021, seja pelo trabalho remoto, pela absorção de novas atividades, entre outros;



- Considerando que o trabalho realizado na forma de coleta de dados no exercício de 2021 dos Órgãos Setoriais, em conformidade com o Decreto nº 591/2006, Decreto nº 351/2017 e Instrução Normativa nº 003/2018, para um acompanhamento por parte do Sistema de Controle Interno do Município de Navegantes, revelou irregularidades e falhas de ordem formal sem prejuízo ao Erário;

- Considerando os resultados das auditorias internas realizadas durante o exercício;

- Considerando, que foi apurado superávit financeiro em cada uma das fontes de recursos, garantindo o atendimento ao princípio do equilíbrio de caixa;

- Considerando, que foi apurado um superávit na execução orçamentária;

- Considerando, o cumprimento dos limites de gastos com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo;

- Considerando, as medidas adotadas para a cobrança dos créditos inscritos em dívida ativa;

- Considerando, o cumprimento dos gastos mínimos com manutenção e desenvolvimento do ensino;

- Considerando, o cumprimento dos gastos mínimos em ações e serviços públicos de saúde;

- Considerando o cumprimento dos limites de endividamento;

- Considerando, o cumprimento dos princípios fundamentais de contabilidade na execução orçamentária, financeira e patrimonial; e

- Considerando, que os créditos adicionais atenderam ao princípio da legalidade, a SECRETARIA DE GESTÃO E CONTROLE DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES CONCLUI POR ENTENDER REGULARES AS CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2021, PORÉM ALERTA PARA A NECESSIDADE DE MEDIDAS PARA CORRIGIR E PREVINIR AS IRREGULARIDADES EVIDENCIADAS NAS AUDITORIAS INTERNAS REALIZADAS NO EXERCÍCIO. NO ENTANTO, ESTE ÓRGÃO DE CONTROLE CONCLUI QUE OS CONTROLES INTERNOS PRATICADOS DURANTE O ANO COM VISTAS A PREVENIR ERROS, FALHAS, ILEGALIDADES, FRAUDES E DESPERDÍCIOS, FORAM SIGNIFICATIVAMENTE



PREJUDICADOS, AUMENTANDO AINDA MAIS A NECESSIDADE DE REFORMULAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ESTRUTURA DE CONTROLE.

Navegantes, 23 de fevereiro de 2022.

---

Fernando Sedrez Silva  
Secretário de Gestão e Controle

Atesto para todos os fins, que tomei conhecimento das conclusões do parecer emitido pela Secretaria de Gestão e Controle do Município sobre as contas do exercício de 2021.

Navegantes, 23 de fevereiro de 2022.

---

Libardoni Lauro Claudino Fronza  
Prefeito

